

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO:**  
**DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA SEM HOMOFOBIA**

**MARABÁ/PA**

**2018**

**MARLÚCIA PEIXOTO OLIVEIRA**

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO:  
DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA SEM HOMOFOBIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Clédina Rodrigues Gomes.

**MARABÁ/PA**

**2018**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares**

---

Oliveira, Marlúcia Peixoto

Sexualidade e educação: desafios para a construção de uma escola sem homofobia / Marlúcia Peixoto Oliveira ; orientadora, Ana Clédina Rodrigues Gomes. — Marabá : [s. n.], 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, 2018.

1. Educação sexual. 2. Orientação sexual. 3. Ambiente escolar. 4. Homofobia nas escolas - Prevenção. 5. Identidade de gênero na educação. 6. I. Gomes, Ana Clédina Rodrigues, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

---

CDD: 22. ed.: 372.372

Elaborada por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

**MARLÚCIA PEIXOTO OLIVEIRA**

**SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO:  
DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA SEM HOMOFOBIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientação: Prof. Dra. Ana Clédina Rodrigues Gomes.

**Defesa pública em 17 de dezembro de 2018.**

Banca examinadora:

Profa. Msc. Silvana de Sousa Lourinho (FACED/UNIFESSPA) - Presidente

Prof. Msc. Walber Christiano Lima da Costa (FACED/UNIFESSPA)

**MARABÁ/PA**

**2018**

Dedico esse trabalho à minha família; ao meu esposo pelo carinho e dedicação; às minhas filhas pelo apoio; aos meus pais e irmãos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter me concedido saúde, coragem, força e disposição para que eu pudesse chegar ao final do Curso. Sem ele nada disso seria possível.

Agradeço imensamente à minha família pelo apoio, incentivos, principalmente ao meu esposo Najumaron, que me estimulou durante todo o curso e compreendeu minha falta de tempo para me dedicar à família devido aos estudos. Obrigado pelo carinho.

Às minhas filhas lindas que me acompanharam nesse processo, Natalia Peixoto e Bruna Peixoto. Vocês são meu orgulho.

À minha orientadora, Ana Clédina, por ter me auxiliado na construção de trabalho.

Agradeço também às minhas companheiras e amigas inseparáveis de curso: Herline Souza, Revana Rodrigues e Tassyane Silva pelas alegrias, brincadeiras, travessuras e até mesmos as brigas, isso tudo contribuiu para o fortalecimento do grupo “até o Fim” se tornar uma amizade para além dos muros da universidade.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral, realizar um levantamento que aponte as principais discursões a respeito da sexualidade de gênero no âmbito da educação, ao qual responderá as seguintes problemáticas, porque a escola abre mão do papel de orientar o aluno que não tem o auxílio adequado em casa? Que postura deve assumir um professor que tem um aluno com preferências homossexuais em sala de aula? A escola constitui um espaço de socialização para jovens homossexuais? A escola está preparada para discutir e desenvolver meios que promovam a aprendizagem e a convivência de jovens homossexuais em seu espaço? Quais seriam as consequências que a vida dos jovens poderia sofrer a partir do que acontece na escola? Para responder essas problemáticas é necessário seguir os seguintes objetivos específicos: identificar quais os problemas que os professores enfrentam quando se deparam com os jovens homossexuais em sala de aula; compreender as dificuldades do discurso dos professores sobre a relação educação, jovens e homossexualidade em sala de aula; fazer uma revisão bibliográfica referente ao tema sexualidade e educação, com base no levantamento da literatura mais recente produzida sobre o tema; contribuir para a reflexão sobre o papel da escola na integração do jovem homossexual na sociedade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, para procedimento de dados foi utilizado o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foram feitas análises de material relacionado sobre o ensino de Sexualidade no âmbito da educação. Por meio da análise das publicações, ficou constatado que as pesquisas manifestam a necessidade de trabalhar educação sexual com crianças e adolescentes para seu desenvolvimento saudável e para desconstrução de padrões, compreendendo seus desejos e pensamentos e favorecendo a expressão de suas sexualidades.

**Palavras-Chave:** Sexualidade. Espaço escolar. Educação sexual.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to carry out a survey that points out the main discourses about gender sexuality in education, which will answer the following problems, because the school gives up the role of guiding the student who does not have the appropriate assistance at home? What posture should a teacher take that has a student with homosexual preferences in the classroom? Is the school an area of socialization for young homosexuals? Is the school prepared to discuss and develop ways to promote the learning and coexistence of young homosexuals in their space? What would be the consequences that the lives of young people could suffer from what happens in school? In order to answer these questions, it is necessary to follow the following specific objectives: identify what problems teachers face when they encounter homosexual young people in the classroom; understand the difficulties of teachers' discourse about the relationship between education, youth and homosexuality in the classroom; to make a bibliographical review on the subject sexuality and education, based on the survey of the most recent literature produced on the subject; to contribute to the reflection on the role of the school in the integration of the young homosexual in the society. The methodology used was the bibliographical research, for the data procedure was used the Bank of Thesis and Dissertations of CAPES, analyzes were made of related material on the teaching of Sexuality in the scope of education. Through the analysis of the publications, it was verified that research shows the need to work sex education with children and adolescents for their healthy development and deconstruction of patterns, understanding their desires and thoughts and favoring the expression of their sexualities.

**Keywords:** Sexuality. School space. Sex education.



## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| <b>2 DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA .....</b>                                       | <b>14</b> |
| 2.1 Marcos históricos da educação sexual do Brasil .....                             | 14        |
| 2.2 A Evolução da Educação Sexual .....  | 14        |
| 2.3 Diversidade de Gênero no Espaço Escolar.....                                     | 20        |
| 2.4 O Poder Público e a Sociedade Civil.....   | 22        |
| 2.5 Diversidade de Gênero nos PCN .....  | 23        |
| <b>3 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL.....</b>                   | <b>24</b> |
| 3.1 Estado da Arte 2: Crítica Cultural, Empoderamento e Emancipação.....             | 26        |
| 3.2 A Produção de Saber como Ato de Poder .....                                      | 26        |
| 3.3 Áreas de Concentração .....  | 28        |
| 3.4 Aproximações ao Eixo Conceitual Emancipatório.....                               | 29        |
| 3.5 Análise do Recorte Emancipatório .....   | 31        |
| 3.6 Apresentação Individual dos 11 Trabalhos .....                                   | 32        |
| <b>4 DIVERSIDADE DE GÊNERO E ESCOLA .....</b>  | <b>70</b> |
| 4.1 A Importância dos Estudos de Gênero para a Atuação de Professores na Escola..... | 70        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>74</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>76</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende contribuir com as demais pesquisas acerca do tema *diversidade e educação*, assim como chamar a atenção para o fato de que a sala de aula é repleta de diversidade, inclusive a sexual. As relações escolares devem ser interpretadas sob uma perspectiva intercultural, segundo a qual as especificidades culturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade devem ser respeitadas. Para tanto, busca identificar o que pensam e como se manifestam em determinados ambientes escolares em relação a sua sexualidade.

Vivemos na era da tecnologia e da informação, numa sociedade que tem avançado nas discussões – sobretudo neste século que se iniciou – a respeito das diferenças de raça, etnia, religião, gênero, sexo, entre outras. Entretanto, o debate sobre homossexualidade e homofobia ainda tem caminhado muito lentamente, principalmente, na instituição escola, consideradas básicas para a formação de um indivíduo crítico, para a produção de sua identidade e para o incentivo a uma ação transformadora.

Sendo visível a existência de uma grande diversidade no âmbito escolar, discuti-la, analisá-la e integrá-la é a real proposta da educação comprometida com a construção de indivíduos críticos e de uma sociedade despida de preconceitos, entre eles o homofóbico. Entretanto, é notório que o debate e a difusão de informações a respeito da homossexualidade no espaço escolar estão estagnados.

Inicia-se uma pesquisa de caráter consciente e perceptivo que busca ampliar esta visão condenatória da sociedade, em relação a um determinado grupo posto à margem de qualquer interação dentro das entidades existentes, sendo família, escola, igreja, etc.

Ensinar e aprender exige uma grande interação entre professores e alunos em sala de aula. Essa interação se torna mais eficiente quando educadores consideram as vivências, saberes e valores do educando.

As discussões e preocupações sobre esse tema são recorrentes da questão expressa ao longo da trajetória educacional, na escola como prática pedagógica e como a relação dela com a sociedade e com as demandas sociais. Explorar a construção da identidade integrando-a a sociedade por meio da educação busca a homogeneidade de direitos e o respeito a eles, compreendendo o sentido da educação, da escola e da pedagogia na relação com a sociedade,

considerando sentidos e significados construídos por jovens homossexuais e sua passagem pela escola.

Ainda hoje no espaço escolar há uma dificuldade de convivência, de socialização do aluno homossexual, alvo de *bullyinghomofóbico*<sup>1</sup>, praticado por colegas e até mesmo de professores, nos atentando para o trabalho ou papel que a escola tem desempenhado quando a sexualidade e/ou homossexualidade no meio. A pré-disposição a julgar um indivíduo por sua sexualidade ser contrária ao que considera “natural” a sociedade historicamente heterossexista em que ainda vivemos, é uma forma de ser conivente com a prática moralista e homofóbica que se instalou no mundo moderno ao longo dos séculos. Assim, a possibilidade de tornar proveitosa e enriquecedora a interação com a diversidade acaba sendo ignorada ou, por vezes, inconscientemente esquecida.

Este estudo pretende ajudar a formar um posicionamento mais crítico de posturas que os profissionais da educação assumem sem se dar conta das consequências que tais atitudes podem desencadear. Passamos despercebidos por situações que provam o quanto vivemos numa sociedade injusta que é continuada de geração em geração.

Os meus primeiros contatos, como experiências profissionais, mostram o quão vagas são as informações que a escola oferece aos alunos sobre sexualidade. Muitos professores insistem em tratar com a mesma atenção crianças e adolescentes visivelmente diferentes do “padrão normal” da sociedade, protelando um diálogo extremamente necessário em uma fase da vida caracterizada por dúvidas e que mais parece um período de transição.

O motivo pelo o qual a pesquisa foi realizada, leva muito de minhas motivações pessoais, desenvolvidas a partir de vivências que considero traumáticas, mas também tenho a pretensão de produzir um estudo que contribua para a ampliação de referências acadêmicas sobre a homossexualidade para a Pedagogia. Esta pesquisa representa um aporte para o educador que busca auxílio teórico para o desenvolvimento de suas atividades em uma sala de aula repleta de diversidade, inclusive a sexual, portanto o educador ao atuar como mediador da integralização e da formação do indivíduo precisa de capacitação para alcançar tais objetivos, considerando que o *bullyinghomofóbico* no espaço escolar provém da falta de respeito às diversidades, partindo de

---

<sup>1</sup>O bullying homofóbico, pode ser expresso de diversas formas Como por meio das agressões verbais e/ou físicas. Dentre as mais comuns estão, por exemplo, falar mal, xingar, ameaçar, intimidar, gritar, bater, chutar, empurrar, derrubar, ferir, perseguir, amedrontar, apelidar, discriminar, humilhar, tiranizar, excluir, dominar, difamar, assediar, abusar, violentar, hostilizar, ofender, furtar e quebrar objetos pessoais de pessoas homossexuais ou entendidas como tal PEREIRA, VARELA E SILVEIRA apud (TEIXEIRA, 2011, p. 26-27).

professores até alunos e que atualmente, mesmo em meio a grandes avanços tecnológicos, educadores ainda possuem uma postura inadequada na discussão da homossexualidade.

As sociedades, ao longo do tempo, felizmente, têm modificado seus comportamentos sociais. O que era “tabu” em uma época, não é mais em outra. Os discursos construídos, no entanto, têm tratado muitas vezes de “arranjar” a estrutura social, de forma que silenciam as diversidades e diferenças que nela co-existem. Diversidades e diferenças culturais, econômicas, religiosas, raciais, étnicas e sexuais (RIBEIRO; FRANCINO, 2008, p. 1).

Sabemos que determinados grupos – entre eles, idosos, negros, mulheres, crianças e homossexuais – são postos à margem tanto na escola, como na família, na igreja, no ambiente de trabalho, etc. Nesse cenário, homossexuais são vítimas de preconceitos de uma sociedade historicamente heterossexista e, por isso, homofóbica. Assim, ainda hoje no espaço escolar há uma dificuldade de convivência e socialização do aluno homossexual, visto que ensinar e aprender exige uma grande interação professor (a)-aluno(a) e aluno(a)-aluno(a). Essa interação se torna mais eficiente quando educadores consideram as vivências, saberes e valores dos educandos. Deste modo, é importante que sejam realizadas, no âmbito acadêmico, discussões que evidenciem as dificuldades do desenvolvimento de ações voltadas para a construção de práticas pedagógicas e projetos educativos que promovam a equidade entre os diferentes gêneros que ali convivem e a construção de relações interculturais.

Uma das prováveis explicações que podemos atribuir à resistência que pais apresentam para aceitar a sexualidade dos filhos – quando esta não é heterossexual – é o sentimento de “superproteção”, que os obriga a introduzir valores que a sociedade considera apropriados para um cidadão em formação. Não pretendo analisar nesse estudo os inúmeros perfis que cada família pode assumir. Mas, quando se trata de preferências homossexuais, porque a escola abre mão do papel de orientar o aluno que não tem o auxílio adequado em casa?

O professor, na posição de educador, tem como função primordial contribuir com a construção de valores sociais de jovens, tanto homossexuais quanto heterossexuais, no espaço escolar, respeitando a diversidade e considerando o tratamento diferenciado para os alunos de acordo com suas especificidades. Que postura deve assumir um professor que tem um aluno com preferências homossexuais em sala de aula? A escola constitui um espaço de socialização para jovens homossexuais? A escola está preparada para discutir e desenvolver meios que promovam

a aprendizagem e a convivência de jovens homossexuais em seu espaço? Quais seriam as conseqüências que a vida dos jovens poderia sofrer a partir do que acontece na escola?

Vivemos em uma sociedade essencialmente heterossexista, que tenta introduzir na formação de cada indivíduo a única possibilidade sexual tradicionalmente aceita, em que você obrigatoriamente sente atração por pessoas do sexo oposto. A família é provavelmente a maior entusiasta dessa formação heterossexual.

Enquanto instituição, a escola assume a responsabilidade de reforçar nos alunos valores como responsabilidade, independência, criticidade, noções de igualdade de direitos e deveres. Entretanto, essa função não é bem desempenhada quando se trata de homossexualidade. Foram quebrados tabus que impediam a discussão de alguns temas relacionados à sexualidade (doenças sexualmente transmissíveis, libido, virgindade, gravidez na adolescência), mas para tratar de homossexualidade ainda há um longo caminho a percorrer.

Que leitura comportamental a escola deve ter das percepções da diversidade e das diferentes sexualidades construídas e presentes no cotidiano?

A escola é um espelho do cotidiano e é também um local de múltiplas transformações. Esta instituição está preparada para refletir à sociedade como agir diante de tais transformações? Qual postura a escola deve assumir para que se evite a evasão escolar, de alunos homossexuais que evidenciam casos de rejeição, ou que buscam sua independência financeira precoce para assumirem sua homossexualidade?

A sociedade como um todo é repleta de diferenças entre as classes que a compõem. A instituição escola, porém, ao optar pela omissão e tratar o tema da homossexualidade de forma a não amenizar preconceitos, evidencia as relações sociais, afetivas e amorosas como se ocorressem somente segundo a ótica da heterossexualidade.

Como afirmam Oliveira e Morgado (2006), grande parte da ânsia que o jovem gay tem pela emancipação e pela independência financeira é proveniente da repressão que esse indivíduo sofre a partir do momento em que manifesta interesse ou afeto por pessoas do mesmo sexo. Esse desejo está intimamente relacionado com a vontade de expressar a sexualidade sem sofrer represálias por não ser responsável por si mesmo. Essa vontade aumenta ainda mais quando esse indivíduo é vítima de repressão vinda de um meio que deveria compor a base da sua formação humana: a família e a escola.

O objetivo geral é realizar um levantamento que aponte as principais discussões a

respeito da sexualidade de gênero no âmbito da educação escolar.

Os objetivos específicos: identificar quais os problemas que os professores enfrentam quando se deparam com os jovens homossexuais em sala de aula; compreender as dificuldades do discurso dos professores sobre a relação educação, jovens e homossexualidade em sala de aula; fazer uma revisão bibliográfica referente ao tema diversidade sexual na educação, com base no levantamento da literatura mais recente produzida sobre o tema; contribuir para a reflexão sobre o papel da escola na integração do jovem homossexual na sociedade.

## **2 DIVERSIDADE DE GÊNERO NA ESCOLA**

Tratamos, nesta sessão, da educação para a diversidade sexual tanto no âmbito formal quanto informal, que abrange a educação escolar e toda ação intencional que busca educar para a vivência da sexualidade. Este capítulo tem como conteúdos paralelos apresentar o levantamento bibliográfico sobre o tema Educação Sexual nas duas últimas décadas e situá-las historicamente.

### **2.1 Marcos históricos da educação sexual do Brasil**

A história da Educação Sexual no Brasil caracteriza-se por marcos conceituais e atitudinais sem relação à educação sexual e suas formas de vivência e reprodução. Recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), reabriu a discussão sobre a temática educação sexual, por incluir dentre suas metas a valorização da diversidade e a redução das desigualdades. De acordo com a Nota Técnica nº 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, a partir do PNE iniciou-se a construção dos correspondentes planos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, nesse processo, uma série de temas ganhou significativa visibilidade, dentre eles, o debate em torno da dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação (BRASIL, 1997). É o cume de um processo histórico.

### **2.2 A Evolução Da Educação Sexual**

No século XIX, a procura das populações pelas cidades, em virtude da oferta de empregos, bens e serviços, inspirou preocupações com a demografia, a saúde e a ordem pública e,

marcando a transição da prevalência do discurso médico, biologicista/higienista (atento às doenças sexualmente transmissíveis) e eugenista (que buscava o aperfeiçoamento da raça) sobre o religioso, mas os preceitos moralistas prosseguiram estabelecendo um padrão de pensamento e atitude baseado em valores oriundos da religiosidade e do sistema patriarcal, orientando as normativas sobre a sexualidade, calcados na monogamia e heterossexualidade (RIBEIRO, 2012).

Rego e Costa (2006, p.13) reconstitui, neste sentido, “que foi no século XIX que nasceu a ligação entre poder, saber e sexualidade, aparecendo a necessidade de regular o sexo através de discursos úteis e públicos”. O surgimento da sexologia, como campo relativamente autônomo de estudo, toma lugar apenas no século XX, com uma estruturação mais ampla dos centros urbanos, permeados por médicos, enfermeiros, psicanalistas, professores e outros peritos que começaram a produzir e reproduzir saberes que tratavam com especificidade sobre o tema. Durante largas décadas, porém, privilegiou-se a sexologia como um dos mecanismos de controle social através dos corpos, como na forma de uma biopolítica.

Também aqui a abordagem da sexualidade foi concebida como excelente aparelho disciplinar, contribuindo para a microfísica da escola na relação saber/poder (FOUCAULT, 2015), e o ensino de Educação Sexual se tornou uma ferramenta de educar corpos, torná-los dóceis e sujeitados, como a separação de meninos e meninas, a disposição das carteiras, entre outros regramentos, interdições, censuras.

Segundo Mokwa (2014):

A sexualidade é uma temática que envolve elementos da história dos indivíduos e dos grupos sociais, esbarrando em valores, tabus, crenças, cultura e religião, de acordo com os fatores e aspectos construídos socialmente ao longo dos séculos, e que influenciam a concepção de sexualidade do indivíduo, ou seja, a sua educação sexual. A sexualidade e o relacionamento sexual, muitas vezes entram no campo dos interditos, pois frequentemente é tema descartado na sociedade, apesar de presente em nosso cotidiano. Levado para uma discussão ampla, complexa, desafiante e desmistificada, gera debates preconceituosos e opiniões arraigadas de valores historicamente construídos (MOKWA, 2014, p. 361).

Para Liz (2016, p.101) a Educação Sexual pautada nos modelos até então apresentados (biológicos – médicos), “ ao invés de ser problematizadora, esclarecedora e dialógica, torna-se atemorizante e intimidadora para o aluno e muitas vezes até mesmo para quem lecionava os conteúdos, evidenciando assim o rigor dos preceitos científicos e morais”.

Ainda em seu *Gênero, sexualidade e educação*, Maria César reitera os moldes da educação sexual nas três primeiras décadas do século XX, quando da sua eclosão:

As primeiras preocupações explícitas em relação à educação do sexo de crianças e jovens no Brasil tiveram lugar nos anos vinte e trinta do século XX. Nesse momento a educação sexual já era uma preocupação para médicos, intelectuais, professores e professoras que então povoavam o universo educacional brasileiro. No ano de 1922, o importante intelectual e reformador educacional brasileiro, Fernando de Azevedo, respondeu a um inquérito promovido pelo Instituto de Higiene da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo sobre educação sexual. Por aquela ocasião o intelectual destacava a importância do ensino da matéria para o “interesse moral e higiênico do indivíduo” e para o “interesse da raça.” Assim nascia o interesse da educação nacional pela educação sexual como objeto de ensino nas escolas brasileiras. (CÉSAR, 2009, p. 39-40).

Em relação a questões a respeito da sexualidade e educação também pode-se citar Figueiró (2006):

A sexualidade é uma das questões que mais tem trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano de ensinar. A manifestação da sexualidade dos alunos no espaço escolar ou, mais comumente, na sala de aula, está, de modo geral, exacerbada, tendo em vista a forma como a sociedade atual e os meios de comunicação, em especial, abordam-na. Giddens (1993), entre outros estudiosos, delinea e analisa, com muita propriedade, as várias transformações pelas quais a sexualidade começou a passar nas proximidades do final do século XX. Ora, se as transformações neste campo vêm afetando a vida das pessoas, conseqüentemente, afetam as interações sociais, entre elas, especialmente, a dinâmica da relação professor-aluno. Além disso, temos observado nas escolas, que os alunos, direta ou indiretamente – muitas vezes de maneira arredia e/ou agressiva – demonstram aos professores que precisam e desejam ouvir e falar sobre o assunto. Disso resulta que a sexualidade passa a constituir-se, duplamente, numa fonte problemática, pois, se de um lado a manifestação da sexualidade e o desejo de saber dos alunos têm se acentuado cada vez mais, de outro, é um fator intrigante para o próprio educador que, na maior parte das vezes, não tem sabido, ou não aprendeu, a ensinar sobre a mesma. Enquanto pessoa, na maioria dos casos, ele carrega consigo insegurança, dúvidas, desconhecimento, medos e tabus – fruto de sua própria história e de sua precária Educação Sexual. (FIGUEIRÓ, 2006 p. 6).

A autora corrobora a ideia de que as questões do ensino da sexualidade vêm sempre acompanhadas de muitas dificuldades e desafios inseridos no cotidiano escolar.

Conforme indica Bordini (2009), a proposta para a Educação Sexual surgiu em 1928 do século XX, quando foi discutida na II Conferência Nacional de Educação, caracterizada em três fases: 1ª) na infância, quando deveria esclarecer a finalidade do sexo (compreendida, neste período, quase exclusivamente para reprodução); 2ª) no Curso Secundário, quando as características anatômicas do corpo, diferenciando meninos e meninas, deveria ser trabalhada menos superficialmente nas aulas de Ciências Naturais; 3ª) no pós-ensino médio, quando o



acesso a conhecimentos da sexualidade (compreendida, neste período, quase exclusivamente como ato sexual) deveria ser obtido fora de qualquer curso coletivo ou especialização. Embora em épocas remotas houvesse incentivo à Educação Sexual nas escolas, esta era articulada de maneira mais cientificista, moralista e sutil possível, atestando sobrevivências históricas dogmáticas.

Em 1933 foi fundado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, o *Círculo Brasileiro de Educação Sexual*, que editou um periódico denominado *Boletim* desde o ano da sua criação (1933) até 1939. Ao contrário das ideias que se estabeleceram no imaginário a respeito da ocultação sobre o sexo e as práticas sexuais, desde o final do século XVIII e, especialmente, desde o século XIX, o sexo já era objeto de discussões entre médicos e educadores que defendiam a presença de uma educação para a higiene sexual dos jovens (CÉSAR, 2008). Estas primeiras tentativas do século XX em defesa da educação sexual nas escolas brasileiras se dava por meio de pressupostos higienistas e eugênicos (CÉSAR, 2009, p. 40).

Descendem destes moldes originários, com recalamentos morais e étnicos disfarçados nas abordagens antissociais das disciplinas de Biologia e Ciências Naturais, parte do que ainda hoje se evidencia ao se tentar trabalhar Educação Sexual com objetivos e princípios de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e outras consequências evitáveis em grande parte.

Para observadores como Furlani (2011, p. 69), longe de poder ser tratada como transitória, casual ou preventiva de doenças e situações embaraçosas, é necessário abordar a “sexualidade como aspecto intrínseco a todo ser humano em todas as épocas de sua vida” e complementa:

Insisto que a educação sexual, em qualquer nível de ensino, deve ser caracterizada pela continuidade. Uma continuidade baseada em princípios claros de um processo permanente – porque o bombardeamento midiático de informações recebidas por crianças e jovens é permanente... porque as situações de exclusão social decorrentes do sexismo e da homofobia, são constantes... porque as representações hegemônicas que hierarquizam as diferenças estão permanentemente sendo fixadas mesmo com permanentes resistências... porque a subjetivação da sexualidade (que talvez tenha um papel maior do que, até então, temos considerado nessa dinâmica de mudança comportamental) está sendo permanentemente posta em questão pelos aparatos discursivos de uma cultura e precisa ter o contraponto reflexivo de uma educação sexual sistemática, corajosa, honesta e politicamente interessada com a crítica desses modelos de desigualdade sexual, de gênero, de etnia, de raça, de geração, de classe, de religião, etc. (FURLANI 2011, p.69).

Todavia, espaços privilegiados de discussões sobre a inclusão da temática na escola têm experimentado retrocessos conceituais no século XXI. Crianças e adolescentes ainda são

educados em ambientes de relativa repressão quanto às sexualidades, em consequência de uma cultura ocidental hegemônica, heteronormativa, patriarcal e sexista, relações de poder que comprometem seu desenvolvimento completo e sadio.

Na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1961, para o ensino de primeiro e segundo graus, não foi mencionado o tema. Só mais tarde o Conselho Federal de Educação propõe que a Educação Sexual seja trabalhada nos programas de Saúde do 2º grau. Na década de 1990, com o desenvolvimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apesar da denominação “Orientação Sexual”, a Educação Sexual é efetivamente inserida nas Políticas Públicas Educacionais. A sexualidade é vista como questão social importante, urgente e presente sob várias formas na vida cotidiana da contemporaneidade, assim como questões de meio ambiente, saúde, ética e outros. É introduzida nos currículos escolares em uma perspectiva transversal, perpassando por todas as áreas e ciclos de ensino.

Pensando em sexualidade nos dias atuais, a homossexualidade é um tema que ganha cada vez mais visibilidade na sociedade, ou seja, ela é muito mais visível hoje do que fora antigamente.

Conforme Rubin (1981), nos últimos cinco anos, começou a surgir um saber acadêmico histórico e teórico que fez frente ao essencialismo sexual de forma explícita e implícita. A história Gay, em particular o estudo de Jeffrey Weeks, fez a condução deste ataque ao demonstrar que a homossexualidade como se conhece é um complexo institucional relativamente moderno.

Uma importante contribuinte desse novo saber é Judith Walkowitz cuja pesquisa demonstrou a extensão, na qual, a prostituição foi transformada por volta da virada do século XIX. Ela nos provê com descrições meticulosas de como a interação de forças sociais tais como a ideologia, medo, agitação política, reforma legal e prática médica podem transformar a estrutura do comportamento sexual e alterar suas consequências.

Para Rubin (1981), a História da Sexualidade de Michel Foucault (1978) tem sido o texto com a maior influência no novo saber sobre sexualidade. Foucault faz uma crítica ao conceito tradicional da sexualidade como ânsia natural da libido para a libertação da coerção social. Seu argumento é de que o desejo não é uma entidade biológica já existente, porém se constitui no decorrer histórico de práticas sociais repressivas específicas quando aponta que há a constatare produção de novas sexualidades. O autor afirma que os sistemas de sexualidade com base no parentesco e demais maneiras mais modernas apresentam uma enorme descontinuidade.

Nos dias atuais, a sexualidade já ganha seu espaço na política com a tentativa de criminalizar a agressão contra homossexuais e iniciam-se ações dentro do ambiente escolar.

Neste sentido, na década de 1990 do século XX, surgiu nos Estados Unidos a Teoria Queer com a relação entre os Estudos Culturais e o Pós-estruturalismo francês, no intuito de questionar, problematizar, transformar, radicalizar e ativar uma minoria excluída da sociedade centralizadora e heteronormativa. Portanto, representa as minorias sexuais em sua diversidade e multiplicidade, levando em consideração todos os tipos e concepções de sexualidade, as quais fazem uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental.

Sua origem remonta às mudanças profundas de meados do século XX, quando problemáticas surgidas fora da academia e, muitas vezes, em confronto com a dinâmica institucional que passará a reger as disciplinas, foram reconhecidas pelos Estudos Culturais britânicos com sua refutação das distinções hierárquicas que distinguem cultura erudita e popular e ênfase na experiência dos grupos sociais historicamente subalternizados e explorados.

Os estudos fundamentais da teoria Queer, de gênero e construções sexuais (LOURO, 2007; RUBIN, 1981), são o nosso background. Elas definem os riscos epistemológicos da tentativa de atingimento dos objetivos propostos neste estudo face aos limites subjetivos e históricos da autora e sua época, bem como as restrições impostas historicamente aos elementos deste estado da arte.

O advento da Teoria Queer desde a última década do século XX foi marco teórico:

*Queer* pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. A política *queer* está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos 90, passa a utilizar este termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica. [...]. As condições que possibilitam a emergência do movimento *queer* ultrapassam, pois, questões pontuais da política e da teorização *gay* e lésbica e precisam ser compreendidas dentro do quadro mais amplo do pós-estruturalismo. Efetivamente, a teoria *queer* pode ser vinculada às vertentes do

pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação. (LOURO, 2001, p. 546).

Louro (2001) deixa claro, a ideia da teoria Queer como uma concepção inovadora e perspicaz que traz pensamentos e ideologias diversificados e problematizadores. Destacando também, o fato de ser uma representação de uma minoria excluída que não almeja a permanência de uma sociedade centralizadora e normatizante, pois busca em seu excentrismo, liberdade, ativismo, provocações e desafios.

Em relação a *Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação*, pode-se citar Guacira Lopes Louro, que historia um outro marco atitudinal e teórico-conceitual no campo da sexualidade:

[...] no Brasil, ao final dos anos 70, o movimento homossexual ganha mais força: surgem jornais ligados aos grupos organizados, promovem-se reuniões de discussão e de ativismo, as quais, segundo conta João Silvério Trevisan, se faziam ao “estilo do *gay conscious raising group* americano”, buscando “tomar consciência de seu próprio corpo/sexualidade” e construir “uma identidade enquanto grupo social”. Em conexão com o movimento político (não apenas como seu efeito mas também como sua parte integrante), cresce, internacionalmente, o número de trabalhadores/aculturais e intelectuais que se assumem na mídia, na imprensa, nas artes e nas universidades. Entre esses, alguns passam a “fazer da homossexualidade um tópico de suas pesquisas e teorizações” (LOURO, 2001, p. 544).

Dessa forma, verifica-se que a educação sexual foi evoluindo no decorrer dos tempos, com marcos históricos que intensificaram a atenção da sociedade e de pesquisadores das mais diferentes áreas.

### 2.3 Diversidade de Gênero no Espaço Escolar

Vivemos na era da informática, da tecnologia, numa sociedade que possui uma opinião formada desde épocas passadas e que tem avançado muito nas discussões pertinentes às diferenças de sexo e questões étnicas, sobretudo, no último século. Entretanto, o debate sobre a homossexualidade tem caminhado muito lentamente em instituições como a família, a escola e a sociedade, consideradas triviais para a formação de um indivíduo crítico e na produção de sua identidade.

Segundo Louro (2007), expressões como “diferença” e “desigualdade” são palavras que possuem demonstrações corriqueiras e evidentes das suas definições no cotidiano da escola.

Assim, lidar com distinções entre alunos não deveria ser um problema, visto que a escola vai além e chega até mesmo a produzir diferenças. Ao longo dos anos, ela mesma se “incumbiu de separar os sujeitos”, primeiramente, em aqueles que tem e os que não tem acesso a educação. “A escola [...] começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas” (LOURO, 2007, p. 57).

Contudo, mesmo tendo a ciência vivência de todas as divisões que a própria escola reproduz, o debate sobre a interação entre jovens gays e heterossexuais dentro desse ambiente parece permanecer no campo da negação ou do ocultamento, principalmente, por parte daqueles que deveriam suscitar a discussão, ou seja, os professores.

[...] tão ou mais importante do que *escutar* o que é *dito* sobre os sujeitos, parece ser perceber o *não-dito*, aquilo que é silenciado. [...]Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as (LOURO, 2007, p. 67-68).

A homossexualidade é tema que a maioria dos educadores preferem calar, ignorando as possíveis preferências existentes na sexualidade das crianças. Quando essa postura é adotada, o pedagogo se isenta do papel de ferramenta fundamental para a formação humana do seu educando e deixa de considerar diferenças, especificidades e necessidades. Diante de um comportamento homossexual, a possibilidade de tomar uma decisão que possa ser condenável por outros atores do meio educacional constrange professores, mesmo que isso envolva meros questionamentos de jovens em sua formação pessoal, íntima.

Aqui o silenciamento aparece como uma espécie de garantia da ‘norma’. A ignorância (chamadas por alguns de *inocência*) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos ‘bons’ e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às ‘gozações’ e aos ‘insultos’ dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos (LOURO, 2007, p. 17).

A escola como construtora dos conhecimentos, passa a determinar e restringir um campo de conhecimento para os alunos e se torna negligente, consagrando o silêncio, vigiando e censurando este e outros temas que possam polemizar uma discussão. Dessa forma, construção contínua de uma sociedade predominantemente heterossexual segue apoiada na falsa idéia de ocultamento como uma forma de proteção, conservação e garantia da “normalidade”.

A partir de minha vivência (conversas, pesquisas e experiências profissionais), analiso que a questão da homossexualidade continua a sofrer preconceitos nas escolas, vindo tanto de professores que tem um comportamento sutilmente agressivo com relação ao aluno com preferências homossexuais, quanto das próprias crianças que, quando percebem um colega com essas preferências, o isola ou o critica.

#### 2.4 O Poder Público E A Sociedade Civil

A partir de pesquisas que revelaram dados consideráveis da homofobia no Brasil, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), juntamente com 200 organizações afiliadas de todo o país, desenvolveram o Projeto de Lei 5003/2001 que mais tarde, tornou-se o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006 propondo a criminalização da homofobia. O projeto torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, igualando esta situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero, ficando o autor do crime sujeito a pena, reclusão e multa.

Quando for aprovado, no Congresso Nacional, o PLC alterará a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, caracterizando crime a discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. O texto do PLC 122/2006 aborda as mais variadas manifestações que podem constituir homofobia, para cada modo de discriminação há uma pena específica, que atinge até 05 anos de reclusão. Por exemplo, para casos de discriminação no interior de estabelecimentos comerciais, os proprietários estão sujeitos à reclusão e suspensão do funcionamento do local em um período de até três meses, também será considerado crime proibir a livre expressão e manifestação de afetividade de cidadãos homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais.

O artigo 6º condena quaisquer formas de retardar, recusar, negar, impedir, preterir ou excluir de qualquer sistema de seleção educacional, funcional ou profissional, como crime punível com pena que pode variar de três a cinco anos. Portanto, todo cidadão ou cidadã que sofrer discriminação por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero poderá prestar queixa formal na delegacia. Esta queixa levará à abertura de processo judicial, caso seja provada a veracidade da acusação, o réu estará sujeito às penas definidas em lei.

## 2.5 Diversidade de Gênero nos PCN

A abordagem da sexualidade vem sendo introduzida por estudos na área da Educação desde as décadas de 20 e 30, com movimentos conceituais pendulares durante o regime militar, onde houve forte repressão político-cultural e total dependência do regime impondo-se a heteronormatividade e a gradual opressão do debate<sup>2</sup>, em especial após 1985 e a constituição de 1988 (BRASIL, 1997) e, em 1997, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e, mais tarde, com o Plano Nacional de Educação - PNE e agora com o BNCC. Mas há muitos precedentes. Maria Rita de Assis César, em seu *Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”*, reconstitui que

A combinação entre sexualidade e educação é um tema que remonta aos primórdios da instituição escolar brasileira. Muitos projetos e iniciativas de educação sexual pontuaram a história da educação no Brasil e o encontro com a perspectiva de gênero sempre foi problemática. Nos anos de 1990, com o aparecimento dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a sexualidade e o gênero passaram a habitar os discursos e as práticas educacionais brasileiros de forma mais bem instalada, mas não menos conflituosa (CÉSAR, 2009, p. 37).

No final da década de 90 o Ministério da Educação, por meio dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais-1997) disponibilizou as escolas a proposta de trabalhar a orientação sexual com alunos, porém não houve uma capacitação específica para professores debaterem a questão, ainda assim havendo um aumento considerável na discussão sobre causas de sexualidade, discriminação racial, DSTs, etc. O governo contribui para os avanços culturais com relação a esta questão, o Ministério da Educação decidiu investir na capacitação de mil professores para obter uma educação voltada à eliminação do preconceito existente não só em adultos, mas também em crianças e jovens – resultados de pesquisas feitas pelo órgão.

---

<sup>2</sup> “No início da ditadura militar, em 1965, uma portaria do secretário de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo proibiu professores do ensino secundário, em especial os de Biologia e de Sociologia, de exporem nas escolas sobre a sexualidade e sobre a contracepção (WEREBE, 1998, p. 174). Entretanto, naquele período, o interesse crescente pela educação sexual entre as/os educadoras/es brasileiras/os levou a deputada federal Júlia Steimbruck, em 1968, a apresentar um projeto de lei propondo a introdução da educação sexual obrigatória nas escolas primárias e secundárias do país (WEREBE, 1998, p. 173). Como a ditadura impôs um regime de controle e moralização dos costumes, especialmente decorrente da aliança entre os militares e o majoritário grupo conservador da igreja católica, a educação sexual foi definitivamente banida de qualquer discussão pedagógica por parte do Estado e toda e qualquer iniciativa escolar foi suprimida com rigor. As iniciativas que conseguiam resistir e burlar o controle se tornaram experiências de resistência e, nas décadas seguintes, a educação sexual foi tomada como um dos marcos educacionais das lutas pela democratização do país.” (CÉSAR, 2009, p. 41).

### 3 PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO NO BRASIL

O estado da arte é uma produção nova e recente no campo da pesquisa em educação (PAES; PAES, 2015), requer procedimentos e etapas bem elaboradas e organizadas. Iniciaremos sua execução com a definição dos descritores. Escolhemos, nesta primeira etapa, como descritores os contidos na expressão “educação para a diversidade sexual”, de forma a podermos levantar todos os trabalhos num âmbito geral para, na etapa seguinte, refinarmos a busca para os descritores constantes da expressão “educação emancipatória”.

Como banco de dados utilizamos o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, por estar disponível através de meio eletrônico facilitando a busca e permitindo ainda a investigação de trabalhos de todo o país, e não de determinada região, defendido em instituições e programas reconhecidos pela mesma. Na busca realizada no mês de outubro de 2017 foram encontrados quinhentos e dois (502) registros de trabalhos para “diversidade de gênero na educação”. Pode-se verificar o quantitativo distribuído por ano na Tabela 1.

**Tabela 1** - Número de trabalhos encontrados no banco de Teses e Dissertações utilizando os descritores “diversidade de gênero na educação” divididos por ano.

| ANO  | Nº TRAB. | ANO  | Nº TRAB. |
|------|----------|------|----------|
| 1996 | 06       | 2007 | 12       |
| 1997 | 04       | 2008 | 23       |
| 1998 | 10       | 2009 | 23       |
| 1999 | 14       | 2010 | 28       |
| 2000 | 18       | 2011 | 27       |
| 2001 | 16       | 2012 | 37       |
| 2002 | 18       | 2013 | 35       |
| 2003 | 21       | 2014 | 43       |
| 2004 | 20       | 2015 | 61       |
| 2005 | 18       | 2016 | 55       |
| 2006 | 13       |      |          |

Fonte: Elaboração da autora.

Verificamos, assim, que os estudos em educação sexual são crescentes, com aumento significativo do ano de 1996, com 06 estudos, para 61 estudos no ano de 2015, mas passou a diminuir no ano de 2016. Fazendo o refinamento para o ano de 2016, encontramos cinquenta e cinco trabalhos. O resultado nos mostra, ainda, que existem mais dissertações (trinta e nove) do que teses (dezesseis) que versam sobre os descritores “diversidade de gênero na educação”.



Neste Trabalho de Conclusão, como dito anteriormente, os trabalhos foram subdivididos por área de concentração, que seria uma nova categoria sugerida. Esta categoria seria identificada pelo conteúdo do texto publicado, analisando as palavras chaves e o conteúdo dos resumos (objetivos, problema, hipóteses) apresentados, resultando em dezenove (19) áreas nas quais foram classificados os 55 estudos referentes ao ano de 2016, quais sejam:

1. Diversidade de gênero na formação docente;
2. Diversidade de gênero e capacitação profissional;
3. Diversidade de gênero na educação infantil;
4. Diversidade de gênero no ensino fundamental;
5. Diversidade de gênero no ensino médio;
6. Diversidade de gênero e prática pedagógica;
7. Diversidade de gênero e material pedagógico/didático;
8. Diversidade de gênero e violência sexual;
9. Diversidade de gênero e políticas públicas de educação;
10. Diversidade de gênero e tecnologias/pedagogias culturais;
11. Diversidade de gênero e currículo escolar;
12. Trajetória de vida;
13. Percepção/subjetividade;
14. Diversidade de gênero e corpo;
15. Diversidade de gênero e prostituição;
16. Diversidade de gênero e saúde;
17. Diversidade de gênero e análise literária;
18. Diversidade de gênero e planejamento familiar;
19. Diversidade de gênero e estudo histórico.

Cada área de concentração foi criada por temáticas comparáveis nos trabalhos analisados apresentando aspectos relacionados à transmissão de orientações com enfoque em cada tema, como também pela utilidade para discussão dos mesmos. Onde nos estudos são expressos em como pode ser trabalhada a educação sexual no cotidiano escolar.

A partir destas áreas formam-se identidades em torno dos eixos conceituais dos estudos em Educação Sexual, pelos quais verificamos que há escassez de trabalhos que fazem interface da Educação sexual com gênero, como também da Educação sexual com empoderamento, o que impediu a formação destas áreas. Mas foi a divisão dos trabalhos área de concentração que nos permitiu reconhecer os trabalhos que mais se aproximam do nosso objeto de estudo, pelos quais aprofundaremos a revisão do estado da arte.

### 3.1 Estado Da Arte 2: Crítica Cultural, Empoderamento E Emancipação

Esta sessão tem a intenção de demonstrar como o conceito de empoderamento estava presente ou não e como se apresenta nas dissertações e teses analisadas.

### 3.2 A Produção De Saber Como Ato De Poder

Nossa inquietação basilar nasceu da possibilidade de emprego da educação sexual como forma de empoderamento, pelo que este capítulo se dedica a revisar estudos e considerações sobre a sexualidade em suas relações com o poder, bem como realizará a segunda fase da revisão do estado da arte, de forma a compreender como os autores articulam educação sexual, empoderamento e emancipação.

Os lugares discursivos e métodos tradicionais de educação, expressos nas políticas públicas e setor privado de ensino, hoje se dão conta de que novos espaços sociais também praticam pedagogias, ensinando formas de ser sujeitos que ultrapassam os muros das escolas.

Montrone e Oliveira (2004) confirmam que a sexualidade está presente nos diferentes espaços, incluindo as escolas de nível superior e os cursos de pós-graduação, sendo necessário pensar a discussão da sexualidade com planejamento, implementação e avaliação de conteúdos curriculares voltados à educação sexual, aos direitos sexuais reprodutivos, aos direitos e valores humanos contribuindo na formação profissional. (MOKWA, 2014, p. 3613).

Para observadores como Meyer (2013), como há uma articulação intrínseca e em aprofundamento, por exemplo, entre gênero e educação, esta engloba atualmente um complexo

de forças e processos que ampliam a noção da ação educativa para além dos espaços familiares e/ou escolares. De fato, esta articulação vem ganhando arenas de debate na mídia e nas ações de pedagogia cultural, alterando as expectativas em relação ao futuro da educação brasileira (FURLANI, 2011).

Promover uma educação sexual embasada nas relações igualitárias entre os sexos e na existência das diferenças tem sido um objetivo crescentemente adotado por gestores, docentes, investigadores e discentes, ao ponto de observadores como Cabral e Diaz (1998) apontarem a educação sexual como principal via transformadora.

Para Foucault (2015) existe o benefício do locutor: o simples fato de falar sobre sexualidade/sexo, coloca-o, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura, e ensaia o empoderamento. Desse modo, a prática educativa em sexualidade, a produção de saber tem significação como ato de poder, mas não uma potência de que alguns sejam dotados, nem uma instituição e nem uma estrutura; poder como nome dado a uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade, considerada exigência crítico-cultural para o terceiro milênio, do que foram denominados de “recursos culturais relevantes” tanto as questões de sexualidade como as de igualdade de direitos.

Foucault (2015, p.100) descreve estes métodos de abordagem da sexualidade como objetos de análise especiais, “portanto: analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder”. Nos diz que o campo das relações de poder é múltiplo e móvel, e que imergir à produção dos discursos sobre o sexo, no conhecimento possível do mesmo, é a forma única do Grande Poder, pois, “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 2015, p. 109).

Assim, Carvalho e Gastaldo (2008), em estudos buscando destacar a área de Promoção da Saúde, preconizam a utilização da noção de empoderamento produzindo sujeitos reflexivos, autônomos e socialmente solidários, buscando implementar novas práticas de educação em saúde. Práticas que podem vir através da educação e possam construir e mediar a relação do sujeito consigo mesmo, de modo a fazer com que o indivíduo tome a si mesmo como objeto de cuidados, alterando comportamentos.

### 3.3 Áreas De Concentração

A ênfase desta investigação é no estado da arte no ano de 2016. Utilizando a categoria de áreas de conhecimento dos cursos de mestrado e doutorado do período, nota-se que há uma prevalência dos Cursos da área da Educação, com vinte (20) trabalhos nesta área, seguidos pela área de Ensino de Ciência e Matemática, com dez (10) trabalhos. A área da saúde apresenta um total de doze (12) trabalhos, divididos para a Enfermagem, com seis trabalhos (maior número); Psicologia; Medicina; Saúde Pública; Ciências da Saúde; Saúde, Ambiente e Mudanças Sociais; Comportamento e saúde, com um trabalho cada uma. A área de tecnologias, com três trabalhos e as áreas da Teologia, Políticas Públicas, Desenvolvimento, Diversidade e Profissionalização docente, com um trabalho cada uma.

Dentre as áreas de concentração levantadas, a que mais se destaca na produção de trabalhos é a área Educação sexual e saúde, com onze trabalhos, seguida da área Educação sexual e tecnologias/pedagogias culturais, com sete trabalhos, as áreas Educação sexual na formação docente e Educação sexual e prática pedagógica, com cinco trabalhos cada uma e as Educação sexual e prostituição, Educação sexual e políticas públicas de educação, Educação sexual e material pedagógico/didático, Educação sexual no ensino fundamental, com dois trabalhos cada uma, e as áreas Educação sexual e violência sexual, Educação sexual e capacitação profissional, Educação sexual na educação infantil, Educação sexual no ensino médio, Educação sexual e currículo escolar, Trajetória de vida, Percepção/subjetividade, Educação sexual e corpo, Educação sexual e análise literária, Educação sexual e planejamento familiar e Educação sexual e estudo histórico, com mais de uma área, mas o aprofundamento da leitura os definiu dentro da área com a qual mais converge.

Analisando as universidades nas quais tais trabalhos acadêmicos foram defendidos, se percebe a prevalência da Região Sudeste, com dezessete dissertações, seguida pela Região Sul, com dez dissertações, pela Região Nordeste, com quatro dissertações e a Região Centro Oeste, com apenas uma dissertação. O predomínio de trabalhos acadêmicos para a Região Sudeste se mantém em relação as teses com a apresentação de todas as oito no estado de São Paulo.

Sobre o recorte “educação sexual”, os dados revelam uma prevalência da produção acadêmica pelas Regiões Sudeste do país (trinta e um trabalhos), seguida da Região Sul (dez trabalhos), em relação à Região Nordeste (quatro trabalhos) e a Região Centro Oeste (com dois trabalhos). Os trabalhos na Região Sudeste são concentrados mais especificamente nas

instituições do Estado de São Paulo (vinte e cinco, das quais quatorze (14) na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Estas produções foram feitas em mais de um Campus em Programas de Pós-Graduação nas áreas de educação sexual e educação escolar demonstrando o alto índice de produção e a importância desta instituição no estudo desta temática, como verificado na tese de Célia Regina Bedim de 2016, *A história do núcleo de estudos da sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual na UNESP*.

### 3.4 Aproximações Ao Eixo Conceitual Emancipatório

Através das leituras dos títulos, resumos, sumários e considerações finais, foram identificados os trabalhos que mais se identificam com o nosso objeto de estudo. Eles totalizaram doze (12) estudos do total geral de cinquenta e cinco (55) que compõe o banco de Teses e Dissertações da CAPES para o ano de 2016 a partir da busca utilizando os descritores “educação sexual”.

A definição das áreas de concentração se baseou na escolha das temáticas mais atuais da área definida, onde foram considerados critérios como palavras chaves, título e objetivos. Ressalte-se ainda que os doze estudos não foram encontrados em todas as dezenove áreas de concentração levantadas, e sim, em apenas nove (9) das dezenove levantadas anteriormente, as quais podem ser verificadas no Quadro 1a seguir.

**Quadro 1** -Trabalhos que abordam a questão da educação sexual para empoderamento, emancipação, autonomia do ser humano

|   | <b>Área De Concentração</b>                         | <b>Título</b>  |
|---|---|--|
| 1 | Educação sexual na formação docente                 | A dialética da sexualidade e da educação sexual na formação de docentes  |
| 2 | Educação sexual na educação infantil                | Orientação sexual e HPV: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do ensino fundamental.   |
| 3 | Educação sexual no ensino médio                     | As dimensões da educação sexual no cotidiano escolar a partir da narrativa de alunos do ensino médio   |
| 4 | Educação sexual e material pedagógico/didático      | Projeto vale sonhar como componente do currículo do estado de São Paulo: contextualização, limites e possibilidades  |
| 5 | Educação sexual e políticas públicas de educação    | Sexualidade e regimes de verdade: uma análise genealógica dos discursos.   |
| 6 | Educação sexual e tecnologias/ pedagogias culturais | Educação sexual e comunicação: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas a partir de uma intervenção.<br>“Puberdade: o que acontece comigo?” – validação de um recurso pedagógico para a promoção da saúde sexual e reprodutiva. |

|   |  |  |
|---|--|--|
|   |  | Educação sexual em debate nas ondas da rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: estudos de casos dos programas gravados de 2007 a 2015.                                     |
| 7 | Educação sexual e saúde                | Sexualidade e transtorno do espectro autista: relatos de familiares<br>Conhecimento, atitudes e práticas contraceptivas na adolescência: um ensaio clínico randomizado |
| 8 | Educação sexual e análise literária    | Maria Lacerda de Moura na Revista Estudos (1930-1936): anarquismo individualista e filosofia da natureza.  |
| 9 | Educação sexual e práticas pedagógicas | A importância dos contos de fadas para o desenvolvimento psicosssexual da criança: o que pensam, o que dizem e o que fazem as professoras?                             |

Fonte: Elaboração da autora.

Nos detivemos na leitura das teses e dissertações encontradas, exceto daquelas em que não foi encontrado os textos completos na CAPES, que foi o trabalho intitulado *Conhecimento, atitudes e práticas contraceptivas na adolescência: um ensaio clínico randomizado*, restando para análise apenas onze (11) trabalhos que podem ser verificados no quadro a seguir.

**Quadro 2** -Onze trabalhos analisados na segunda fase deste estado da arte.

|   | Área de concentração                                | Qtd | Título  |
|---|---|-----|---|
| 1 | Educação sexual na formação docente                 | 01  | A dialética da sexualidade e da educação sexual na formação de docentes   |
| 2 | Educação sexual na educação infantil                | 01  | Orientação sexual e hpv: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do ensino fundamental   |
| 3 | Educação sexual no ensino médio                     | 01  | As dimensões da educação sexual no cotidiano escolar a partir da narrativa de alunos do ensino médio  |
| 4 | Educação sexual e material pedagógico/didático      | 01  | Projeto vale sonhar como componente do currículo do estado de São Paulo: Contextualização, Limites e Possibilidades   |
| 5 | Educação sexual e políticas públicas de educação    | 01  | Sexualidade e regimes de verdade: uma análise genealógica dos discursos   |
| 6 | Educação sexual e tecnologias/ pedagogias culturais | 03  | Educação sexual e comunicação: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas a partir de uma intervenção “Puberdade: o que acontece comigo?” - validação de um recurso pedagógico para a promoção da saúde sexual e reprodutiva.<br>Educação sexual em debate nas ondas da rádio udesc fm 100.1 florianópolis: estudo de caso dos programas gravados de 2007 a 2015 |
| 7 | Educação sexual e saúde                             | 01  | Sexualidade e transtorno do espectro autista: relatos de familiares   |
| 8 | Educação sexual e análise literária                 | 01  | Maria Lacerda de moura na Revista Estudos (1930-1936): anarquismo individualista e filosofia da natureza  |
| 9 | Educação sexual e práticas pedagógicas              | 01  | A importância dos contos de fadas para o desenvolvimento psicosssexual da criança: o que pensam, o que dizem e o que fazem as professoras?  |

Fonte: Elaboração da autora.

As áreas de concentração que mais apresentam trabalhos sobre educação sexual como fator de emancipação e empoderamento, é a que faz interface com tecnologias/pedagogias culturais apresentando três (3) trabalhos, seguida da área de educação sexual e saúde, Educação sexual na educação infantil; Educação sexual na formação docente; Educação sexual no ensino médio; Educação sexual e material pedagógico/didático; Educação sexual e políticas públicas de educação; Educação sexual e análise literária e Educação sexual e práticas pedagógicas, com um trabalho cada uma.

A emancipação e empoderamento são termos multifacetados que se apresentam como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e de condutas. A emancipação dos indivíduos é possibilitada através do empoderamento pessoal, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível social desencadeia respeito recíproco entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. Estruturalmente, o empoderamento favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania.

O empoderamento também é um termo bastante utilizado atualmente em vários âmbitos, dentre eles o da área da saúde, trazendo para discussão algumas possibilidades de seu desenvolvimento conceitual e operacional, além de apresentá-lo como elemento relevante à compreensão de possibilidades e limites na promoção da participação social e política. Portanto, é um tema atual presente em diversos artigos e teses justificando sua alta ocorrência nos trabalhos estudados de 2016.

### 3.5 Análise Do Recorte Emancipatório

Esta subseção foi elaborada com base na leitura e análise dos onze (11) estudos obtidos através do estado da arte sobre educação sexual emancipatória demonstrado na subseção anterior.

Com base nestes estudos, apontamos os principais pontos de vistas dos pesquisadores e estabelecemos uma correlação entre o que os trabalhos trazem nas suas discussões e confrontamos questões que abarcam a educação sexual.

Faremos, a seguir, uma análise do que os estudos e autores/as referenciados neles trazem sobre educação sexual, educação sexual emancipatória, materiais e métodos para trabalhar educação sexual e o que as políticas públicas abarcam sobre o tema, dialogando com os mesmos

### 3.6 Apresentação Individual dos 11 Trabalhos

Dentro da linha de pesquisa *elaboração e avaliação de material pedagógico*, voltada para crianças e adolescentes, encontramos 5 estudos, apresentados a seguir.

#### 1) DANTAS (2016):

O primeiro material, (DANTAS, 2016), é uma Dissertação intitulada “*Puberdade: o que acontece comigo?* ” E consiste em uma validação do recurso pedagógico de história em quadrinhos com o mesmo título, com o objetivo de promover a saúde sexual e reprodutiva de pré-adolescentes e de ser utilizado em forma de material educacional. Segundo a autora:

As tecnologias educativas são meios auxiliares na formação de uma consciência crítica para uma vida saudável. Desta forma, sentiu-se a necessidade de elaborar e utilizar um material didático que despertasse o interesse, a criticidade e a autonomia de pré-adolescentes, bem como possibilitasse um aprendizado significativo, lúdico e divertido. A História em Quadrinhos (HQ), apesar de antiga, ainda encanta diversas faixas etárias. Objetivou-se analisar a História em Quadrinhos denominada “*Puberdade: o que acontece comigo?*” da Série Sexualidade e Educação como recurso pedagógico direcionado para a promoção da saúde sexual e reprodutiva de pré-adolescentes; identificar características e/ou conceitos na História em Quadrinhos que possam ser aperfeiçoados ou modificados; validar a História em Quadrinhos quanto à validade de conteúdo e aparência englobando a clareza, pertinência e representatividade. (DANTAS, 2016)

A autora relata que abordar o tema sexualidade desde a infância à adolescência é relevante; no entanto, apesar da normatização da inserção da educação sexual nas escolas, o que se observa são projetos educacionais numa perspectiva biológica, deixando lacunas que demonstram a necessidade da educação sexual ser orientada para a conquista da autonomia e decisão informada dos adolescentes. Considera que as tecnologias educativas são meios



auxiliares na formação de uma consciência crítica para uma vida saudável. Por isso, elaborou, utilizou e avaliou um material didático que despertasse o interesse, a criticidade e a autonomia de pré-adolescentes, bem como possibilitasse um aprendizado significativo, lúdico e divertido; a História em Quadrinhos.

Intencionalmente, o desenvolvimento do recurso teve como base a tendência sociointeracionista como forma de permitir a sua utilização como um aprendizado autônomo que estimulasse o pensamento crítico e reflexivo dos pré-adolescentes levando em conta o conhecimento prévio que cada um possui. Segundo DANTAS (2016), o processo de construção e validação do recurso pedagógico constituiu um momento de grande aprendizado e aprofundamento da temática, possibilitando desta forma a compreensão da importância de validar os instrumentos para verificar se o mesmo mensura o que foi proposto, bem como reconhecer cientificamente suas potencialidades.

Segundo o autor, em relação a atuação de profissionais de saúde e educação:

Ao repensar a atuação dos profissionais de saúde e educação na educação sexual de pré-adolescentes e as lacunas deixadas no processo de cuidar e educar, percebe-se a necessidade de criação e utilização de recursos pedagógicos com o propósito da educação sexual ser orientada para a conquista da autonomia e decisão informada dos mesmos. (DANTAS, 2016, p. 31)

Ou seja, apesar do autor não falar especificamente da educação sexual emancipatória, ressalta que ela deve ser pensada para a conquista da autonomia e tomada de decisões de forma informada.

O autor também faz uma análise de como recursos pedagógicos podem ser utilizados como proposta para promover a saúde sexual e faz um estudo bibliográfico de como novas tecnologias estão sendo integradas nos processos educativos como recursos didático-pedagógicos moldados pelo sujeito, ressaltando que o uso da tecnologia é um processo transformador e pode resultar em mudanças em várias áreas. Cada vez mais, com as mudanças dos paradigmas na época atual, as escolas tem se apoiado cada vez mais em recursos vindos de novas tecnologias para complementação do processo de ensino aprendizagem.

No trabalho analisado mostra-se também um breve histórico sobre as potencialidades da utilização de história em quadrinhos na educação. Dantas (2016), diz que:

Vários estudos realizados sobre o uso de HQ como recurso para o processo de ensino-aprendizagem demonstraram suas potencialidades no sentido de construir ótimos subsídios didáticos para introduzir, elaborar e complementar conhecimentos científicos. Estas podem e devem ser utilizadas para promoção e desenvolvimento de competências cognitivas. Além disso, as ilustrações associadas ao texto constituem uma técnica notável para despertar o interesse e compreensão das crianças e adolescentes. (DANTAS, 2016 apud KAMEL, 2006)

Segundo o autor, o recurso pedagógico utilizado no trabalho foi avaliado e validado em relação a aparência e ao conteúdo em seus dois domínios, clareza e representatividade, de acordo com as respostas em suas pesquisas, onde as respostas dos participantes tiveram variação entre claro, muito claro e representativo ou extremamente representativo quando pergunta-se sobre o recurso. Logo, pode ser considerado um recurso com muito potencial pedagógico para ser usado com pré-adolescentes com a finalidade de promover a saúde sexual e reprodutiva dos estudantes.

Além da validação do recurso, o autor reforçou a necessidade de desenvolver diálogos sobre sexualidade nos diferentes espaços sociais, de forma a resgatar valores morais, sociais e culturais que cerceiam o indivíduo, sendo fundamental o conhecimento pelo pré-adolescente do seu corpo e a compreensão de seus desejos e pensamentos, de forma a favorecer a expressão da sua sexualidade.

Através do estudo foi reforçada a necessidade do desenvolvimento de diálogos sobre educação sexual em diversos espaços sociais, de maneira a resgatar valores morais, sociais e culturais que permeiam cada indivíduo. Ainda é ressaltado que é primordial para o pré-adolescente conhecer como funciona seu organismo e compreender seus desejos e pensamentos, de forma a favorecer e expressar a sua sexualidade.

## 2) ANTONIASSI (2016):

O segundo estudo (ANTONIASSI, 2016), *Projeto Vale Sonhar como componente do currículo do estado de São Paulo: contextualização, limites e possibilidades*, tem como objetivo analisar a Educação Sexual proposta no Projeto Vale Sonhar e sua inserção no currículo de Biologia do primeiro ano do Ensino Médio das escolas estaduais de São Paulo. Considerando a

sexualidade como parte fundamental da personalidade humana, a autora aborda o tema no contexto da puberdade e adolescência onde as mudanças têm estreita relação com a construção da identidade sexual.

No contexto escolar foi introduzido o material didático “Vale Sonhar” abordando o tema de prevenção da gravidez na adolescência, em escolas estaduais de São Paulo. O trabalho se restringiu a refletir sobre a sexualidade na adolescência, etapa em que os indivíduos frequentam o Ensino Médio e faixa etária para a qual o projeto Vale Sonhar é proposto. A autora também afirma que o início da vida sexual na maior parte dos indivíduos ocorre na idade que coincide com os períodos em que estão ao final do Ensino Fundamental II ou durante o Ensino Médio.

Segundo a autora, sobre esta fase da vida:

Sabemos que é uma fase cheia de incertezas e que os adolescentes sentem a necessidade de falar sobre sexo, orientação sexual, namoro e tantos outros assuntos inerentes à sexualidade. Há ainda a preocupação de pais, adolescentes e da própria comunidade com os riscos aos quais os jovens se expõem ao iniciar a vida sexual, especialmente o risco de contrair Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e o risco de uma gravidez na adolescência. (ANTONIASSI, 2016, p.23)

O trabalho apresentou um estudo sobre educação sexual no Brasil e os documentos oficiais além do lúdico no ensino e um breve relato sobre gravidez na adolescência.

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar a inserção do material no currículo de Biologia do Primeiro ano do Ensino Médio e a Educação sexual proposta no conteúdo. Para tal fim foram entrevistadas professoras e realizadas oficinas com os alunos. A autora analisou as oficinas, o livro e o professor assim como trabalhos produzidos pelos alunos.

Concluiu-se que a inserção do material obteve resultados promissores em seu projeto piloto e por isso foi incluído no currículo escolar. Porém poderia haver consulta previa aos professores a respeito do material além da continuidade e planejamento da utilização deste recurso.

Também, segundo a autora, O Projeto Vale Sonhar apresentou-se como um material didático interessante para o trabalho de Educação Sexual nas escolas, sendo que o material remete a educação sexual tradicional em seu aspecto biológico, com características heteronormativas nas oficinas. Desta forma requer um número expressivo de aulas de Biologia, ocupando um espaço significativo no currículo da área, para trabalhar basicamente uma questão:

a gravidez na adolescência. Também ocorre a ausência de problematização para Doenças sexualmente transmissíveis e sua relação com relações sexuais desprotegidas. Desta forma, foram apresentadas propostas e possibilidades do uso do material “Vale Sonhar” nas escolas, já que é material disponível na educação e podendo alcançar outros objetivos além do da prevenção da gravidez.

Um dos questionamentos do trabalho foi justamente o motivo e a forma de inserção deste material no Currículo do Estado de São Paulo. Segundo a coordenadora geral do Projeto Vale Sonhar, a elevada taxa de redução da gravidez na adolescência resultante do projeto piloto do PVS no Vale do Ribeira foi o que motivou sua inserção no Currículo. Porém, a autora afirma que é questionável que um material que passe a fazer parte do Currículo de Biologia e a ser distribuído a todas as escolas estaduais de São Paulo seja escolhido sem a participação de, ao menos, um grupo de professores atuantes na rede nesta área no seu processo de seleção.

Há várias implicações da forma como o Vale Sonhar foi inserido no Currículo. Entre elas, está a rejeição por parte dos professores, uma vez que, não se sentindo parte do processo, preferem não utilizar algo que lhes foi imposto - o que pode justificar o número cada vez menor de professores que utiliza as oficinas do PVS, segundo os dados que apresentamos anteriormente.

O Projeto Vale Sonhar, exceto a primeira oficina, enfoca a sexualidade biologicamente. Sabe-se que a sexualidade tem muito mais complexidade do que as questões biológicas que envolvem os órgãos reprodutores e hormônios. Desta maneira, a autora questiona que uma disciplina tenha uma dedicação de oito ou nove aulas de um bimestre para a realização de um projeto de Educação Sexual que não contempla a sexualidade em todas as suas dimensões.

Outra questão importante inserida no material é a concepção de gravidez na adolescência, a tratando como um problema no âmbito social, de forma negativa com relação a evasão na escola e a pobreza. A autora diz que é preciso de cautela ao tratar o assunto, visto que a gravidez na adolescência pode sim impactar negativamente a vida do adolescente, porém, é possível que as famílias muitas vezes auxiliem nos cuidados com o bebê de maneira que os adolescentes possam continuar os estudos.

Por isso é sugerido que deveria ser realizada a capacitação dos professores de forma mais efetiva. As entrevistas realizadas mostraram que cada diretoria optou por capacitar os docentes de um jeito, e a continuidade do trabalho ficaria a cargo dos professores coordenadores, justificando assim, a descontinuidade do uso deste material. Foi sugerido que a forma mais eficiente de

garantir que o professor ao menos conheça este material e a forma de utilizá-lo, é fazendo a capacitação na Diretoria de Ensino.

Não há como questionar a necessidade e importância da formação continuada dos professores. Essa formação teria um impacto importante nas aulas do professor, que, atualizado e preparado, poderia utilizar este e outros materiais didáticos de forma mais segura e eficiente. Além disso, a formação continuada é uma forma de valorização da profissão do docente e de motivação do profissional. Fica evidente no trabalho, também, a necessidade da inclusão de disciplinas com foco em Educação Sexual nas grades curriculares dos cursos de licenciatura e pedagogia.

A análise do material no trabalho demonstrou o entendimento de que o Currículo de Biologia do primeiro ano do Ensino Médio traz uma visão muito reduzida da sexualidade. E a existência deste material no Currículo, entretanto, é positiva, uma vez que professores bem preparados podem incluir ricas discussões nestas aulas.

Ao final foi constatado que a inserção do material no currículo é um avanço para a Educação Sexual escolar, no sentido de que vincula a prevenção da gravidez ao planejamento de vida, partindo da concepção já difundida de que a informação por si só não basta. Este potencial só vai poder ser explorado caso o professor se disponha e esteja preparado a atender as demandas e anseios dos alunos em relação à sexualidade.

Por fim, o trabalho apontou a necessidade de pesquisas, tanto de materiais didáticos, quanto de práticas docentes acerca da Educação Sexual escolar. Apresentou-se também como um campo importante, o aspecto político da educação, em especial quanto à inserção ou exclusão de conteúdo do currículo e quanto à escolha de materiais didáticos, como os jogos, para a distribuição à rede de ensino.

### 3) FREITAS (2016):

O terceiro é de Freitas (2016), *Educação sexual em debate nas ondas da rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis: estudo de caso dos programas gravados de 2007 a 2015* que analisa os conteúdos dos 220 programas de rádio gravados “Educação sexual em debate”, transmitido pela Rádio UDESC FM 100.1, idealizado e realizado pelo Grupo de pesquisa Edusex – Formação de educadores e educação sexual, CNPq/UDESC. A análise visa perceber, a partir das áreas

desveladas, quais as possibilidades da contribuição das gravações com processos de educação sexual emancipatória por meio de um estudo exploratório das categorias em debate utilizando como material pedagógico de apoio na formação intencional continuada de profissionais da educação.

Como base teórica do trabalho, a autora fez uma reflexão teórico crítica sobre a educação sexual no Brasil e suas vertentes pedagógicas como subsídio a processos emancipatórios, onde ela apoiou-se em Paulo Freire (1996) ao dizer “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

Inicialmente, a análise de conteúdo pela autora, utilizando a metodologia proposta por Bardin (1988) foi realizada sobre os dados coletados na pesquisa, que foram os 213 programas de rádio Educação sexual em debate gravados, analisados à luz da Declaração dos direitos sexuais como direitos humanos universais como fonte de indicadores da categoria emancipatória de educação sexual. Em relação aos objetivos específicos, eles se entrelaçaram e se ampliaram no decorrer da pesquisa, sendo que o primeiro pretendia registrar o processo de produção, implementação e execução do programa Educação sexual em debate; na Rádio UDESC FM 100.1 Florianópolis, onde foi relatado a trajetória do Grupo Edusex-Formação de educadores e educação sexual, seus espaços de atuação dentro da UDESC e sua preocupação com a produção de materiais e com a democratização deles na interface da temática educação sexual com as novas tecnologias.

O segundo objetivo específico do projeto consistiu em desvelar as categorias preponderantes do conteúdo gravado dos programas Educação sexual em debate no período de junho de 2007 a dezembro de 2015. Como último objetivo específico do trabalho, foram pesquisadas as categorias surgidas da análise dos programas gravados sob a perspectiva de uma abordagem de educação sexual emancipatória como subsídios para a formação continuada de educadores e educadoras.

A autora identificou em cada programa quais direitos emergiam do seu conteúdo. Portanto, cada um dos direitos sexuais se tornou indicador fundamental para a análise dos 213 programas de rádio Educação sexual em debate.

Durante a análise de conteúdo dos programas a autora percebeu que todos, mesmo com diversas matrizes, caminham em direção a uma vertente emancipatória de educação sexual,

contrapondo-se em suas temáticas às vertentes de educação sexual repressora, e dando-nos pistas, em várias ações ali registradas, de como transpor as barreiras e desconstruir paradigmas.

A proposta do Grupo Edusex, expressa na criação e desenvolvimento dos programas de rádio, vem reafirmar seu compromisso com a vivência plena da sexualidade em uma vertente emancipatória, mesmo não tendo um padrão fixo de convidados, pois a diversidade de temáticas e a variedade de pessoas convidadas, seja de maneira individual ou/e representando organizações governamentais e não governamentais que o programa trouxe no decorrer desses oito anos, garante que as gravações sirvam de material pedagógico utilizável para momentos de sensibilização em processos normativos intencionais sobre educação sexual.

A autora reafirmou a necessidade de materiais pedagógicos para momentos de formações continuadas de professores e professoras, portanto sugeriu ao Grupo Edusex e a UDESC que continuem divulgando e disponibilizando os conteúdos gravados dos programas de rádio, preocupando-se com a democratização do material, para os interessados/interessadas nas mais variadas ferramentas midiáticas possíveis. A diversidade nas temáticas, abrange o público em geral e não apenas docentes. Também sugeriu que o grupo crie/utilize outras mídias como já faz com uma fanpage no Facebook, por exemplo, construindo um canal permanente no Youtube para que os programas sejam divulgados e disponibilizados.

Concluiu-se que esse material é um recurso metodológico importante e de fácil acesso para processos de educação sexual emancipatória, democraticamente possível de ser utilizado por pessoas ou grupos que queiram discutir diversas temáticas com esse viés emancipador.

O resultado da análise mostrou que os programas gravados trazem uma abordagem emancipatória da educação sexual em seus conteúdos, evoca possibilidades de reflexões e dá pistas de novos caminhos em busca da emancipação sexual do sujeito.

E por fim, a autora ressaltou a importância de que existam materiais pedagógicos numa perspectiva emancipatória de educação sexual, por isso eles devem ser produzidos e estar disponíveis nessa perspectiva para processos de formação de educadores e educadoras, tais como os analisados na sua pesquisa.

#### 4) BRITTOS (2016):

O quarto que é de Brittos (2016), denominado *A importância dos contos de fadas para o desenvolvimento psicosssexual da criança: o que pensam, o que dizem, o que fazem as*

*professoras?* que objetiva conhecer como as professoras utilizam os Contos de Fadas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) do município de Francisco Beltrão que traz dados atuais sobre a situação das professoras ao se sentirem limitadas para realizar um trabalho fundamentado em Educação Sexual Emancipatória, com as crianças pequenas, a partir dos contos de fadas e por isso reafirma a importância de uma formação inicial e continuada, com professores (as), da Educação Infantil, acerca da sexualidade.

O universo dos Contos de Fadas foi delineado, traçando um panorama de sua origem e estrutura. Dentro desse universo, foram destacados os escritores Charles Perrault, Irmãos Grimm e Hans Christian Andersen. A relevância dos contos na educação das crianças pequenas foi ressaltada através da contemplação de conceitos de mitos, fábulas e contos de fadas, destacando a particularidade de cada um. Foi utilizada teoria psicanalítica para falar da importância dessas histórias no desenvolvimento psicosssexual da criança.

O propósito principal do trabalho estava em responder à seguinte questão: quais as contribuições dos contos de fadas na educação sexual nos CMEIs de Francisco Beltrão? Desta forma foram identificadas professoras que se sentem limitadas para realizar um trabalho fundamentado em Educação Sexual Emancipatória, com as crianças pequenas, a partir dos contos de fadas. O que ressaltou a importância de uma formação inicial e continuada, com professores (as), da Educação Infantil, acerca da sexualidade. Foram apresentadas algumas sugestões de atividades para suporte metodológico, além de questões teóricas para trabalhar a sexualidade, presentes na educação infantil. Foram destacadas as contribuições da psicanálise para o campo da educação, por apresentar correlações entre os contos de fadas e o desenvolvimento psicosssexual da criança pequena. Concluiu-se que Educação Sexual esta articulada aos conhecimentos psicanalíticos como caminho possível de intervenção, junto às crianças pequenas, através dos contos de fadas.

A autora reforçou que a educação sexual institucional, necessita de professores e pedagogos comprometidos e qualificados com essa educação. Os conteúdos abordados, precisam estar adequados à etapa do desenvolvimento da criança e, alusivo às suas experiências. Esses conteúdos podem ser trabalhados de diversas formas, promovendo a vivência emancipatória da sexualidade e do seu corpo. Cabe, aos professores, realizarem com as crianças, atividades para explorar esses conhecimentos, através dos contos de fadas, fantoches, desenhos, brincadeiras de



faz-de-conta, jogos de imitação, teatro, rodas de conversa, na higiene, na hora de preparar para o soninho, enfim; nos mais variados momentos e espaços dos CMEIs é necessário realizar atividades contemplando as questões da sexualidade da criança.

Na revisão empírico-bibliográfica foi realizado o levantamento das produções acadêmico-científicas que articulavam Contos de Fadas, Educação, Psicanálise Sexualidade e Educação Sexual, junto às universidades estaduais no Estado do Paraná.

A autora falou sobre os contos de fadas e a sexualidade na educação de crianças pequenas, onde apresentou um estudo histórico dos contos de fadas referenciando-se a sua origem e estrutura, e tendo como base o conhecimento psicanalítico e em que se relaciona com a educação de crianças pequenas.

Nesse sentido, levou em consideração a base psicanalítica, ponderando o papel da sexualidade e dos contos de fadas na educação infantil. Abordou os conceitos do real, do simbólico, do imaginário e, analisou como os contos de fadas podem influenciar na estrutura da personalidade da criança.

A autora faz uma análise das propostas de materiais literários e pedagógicos para o trabalho com crianças pequenas e diz que:

Cabe a nós, criarmos espaços de reflexões com nossas crianças, para com elas pensar e discutir a respeito da temática. Compete a nós professores, oportunizar às nossas crianças, o acesso ao conhecimento e a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade. Reforçamos, com a realização dessa pesquisa, que é possível sim, falar de sexualidade na educação infantil. Cabe ao professor conhecer e trilhar os caminhos para chegar até as crianças pequenas. (BRITTOS, 2016, p.152)

Corroborando as ideias da citação, pode-se afirmar que é atribuição e papel importantíssimo do professor abrir caminhos para que o processo de ensino com crianças pequenas seja mais efetivo além de promover o acesso ao conhecimento pelos alunos.

No processo de análise dos materiais, a autora destacou que:

...os contos de fadas são histórias que relatam situações familiares, vivenciadas pela criança, que apresentam os mais diversos sentimentos como abandono, proteção, onipotência, amor, amizade, gratidão, rejeição, compaixão, negligência, punição, violência, entre tantos outros. (BRITTOS, 2016, p.154)

Dessa forma, este material pode representar uma boa alternativa para alcançar as crianças no sentido de promover sua educação sexual por meio deste tipo de recurso, pois este repercute no desenvolvimento psicosssexual das crianças por exemplificar coisas reais de forma simbólica.

A autora reforçou que a educação sexual na instituição de ensino, precisa de profissionais com qualificação voltada para esta educação. Ressalta a importância dos conteúdos abordados, sempre tendo que estarem apropriados à cada fase do desenvolvimento da criança e fazendo referência as suas experiências. Cita as várias maneiras de trabalhar os conteúdos, de forma a promover a vivência emancipatória da sexualidade e do seu corpo. Sendo papel do professor realizar atividades que explorem os conhecimentos por meio de conto de fadas ou outros recursos citados como: fantoches, desenhos, brincadeiras de faz-de-conta, jogos de imitação, teatro, rodas de conversa, na higiene, na hora de preparar para o soninho, enfim. Por fim, é importante a realização de atividades que contemplem questões sobre a sexualidade infantil.

Na pesquisa de campo foram coletados dados nos quinze (15) CMEIs do município em estudo e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trinta (30) professoras que atuam nos respectivos CMEIs. O propósito foi responder à seguinte questão: quais as contribuições dos contos de fadas na educação sexual nos CMEIs de Francisco Beltrão? Ancoradas na pesquisa bibliográfica e de campo, foi identificado que as professoras se sentem limitadas para realizar um trabalho fundamentado em Educação Sexual Emancipatória e revelaram que sentem dificuldades em realizar o trabalho de educar sexualmente as crianças, seja pelos limites pessoais, pela lacuna existente na formação, pelas construções culturais e religiosas, pelos tabus e preconceitos, pelos inúmeros anseios que a profissão lhes submete. Foi defendida a necessidade de políticas públicas que, de fato, viabilizem a realização de um trabalho ancorado na formação em educação sexual, possibilitando a construção e a efetivação de projetos institucionais em educação sexual desde a primeira infância. Portanto, reafirmou-se a importância de uma formação inicial e continuada, com professores (as), da Educação Infantil, acerca da sexualidade.

À medida que as entrevistas foram realizadas, categorizando os dados e desenvolvendo as análises, foi possível identificar, nas falas das professoras, a escassez de materiais didático-pedagógicos que lhes auxiliem a desenvolver um trabalho fundamentado em educação sexual.

A pesquisa explicitou que as professoras almejam conhecer técnicas de ensino para trabalhar com a sexualidade, por meio dos contos de fadas. Nesse sentido, foram algumas estratégias, que poderiam ser utilizadas pelas professoras, de forma lúdica, nas suas práticas

pedagógicas, na educação infantil. Foram mostradas no trabalho, atividades como proposição na forma de livro ou cartilha, para que as professoras possam desenvolver seu trabalho de educação sexual e compreensão das manifestações da sexualidade das crianças nos CMEIs.

As atividades propostas representaram alternativas para uma prática pedagógica na educação infantil, que leva em consideração o desenvolvimento psicosssexual das crianças pequenas como parte de seu desenvolvimento integral. São formas do trabalho pedagógico que traduzem a sexualidade como condição ontológica de cada ser humano; que vê a transformação através da educação e acredita nas possibilidades emancipatórias dos indivíduos, através da educação sexual institucional.

Em relação aos contos de fadas foi ponderado sua relevância, por serem histórias que proporcionam à criança entrar em contato com sua cultura, auxiliando a resolver conflitos interiores, bem como, despertando sua curiosidade, instigando sua imaginação e sua fantasia.

Foi evidenciado na pesquisa, que os Contos de Fadas podem ser utilizados, como suporte, pelas professoras da Educação Infantil e, sobretudo, pelas que trabalham nos CMEIs, na realização de um trabalho voltado para o desenvolvimento psicosssexual das crianças pequenas.

##### 5) BRANCO (2016):

O quinto, que se utilizou também do rádio, é o estudo de Branco (2016), *Educação sexual e comunicação: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas a partir de uma intervenção*, com o qual investigou se existe uma pré-disponibilidade dos adolescentes do ensino fundamental e médio, de uma escola estadual na zona norte de Franca, em São Paulo, em promover a educação sexual por meio de uma extraprogramação pedagógica realizada dentro do ambiente escolar.

A autora levantou questionamentos e dificuldades dos alunos relacionadas a temática sexualidade, conceituou o que é sexualidade com base em teóricos como, Freud, Alfred Kinsey e Foucault, abordou a Educação Sexual e suas variáveis e questionou a relevância dos Parâmetros Nacionais Curriculares.

Considerando a sexualidade, a autora fala:

a sexualidade é um processo, um amadurecimento, um conhecimento da própria condição sexual e, como tal, pode ser mudado, ajustado e melhorado, conforme vamos tomando consciência do nosso corpo, da

vida, dos nossos relacionamentos. Por isso, a formação por meio de uma educação sexual, apreensão dos “aspectos biológicos”, “psicológicos e sociais” na busca de uma autonomia, emancipação e reflexão sobre os preconceitos e desconstrução de paradigmas antigos em detrimento dos novos saberes, pode levar a uma prática consciente, mais humana e autônoma do sujeito. (BRANCO, 2016, p. 22-23 apud CRUZ; OLIVEIRA, 2002).

A partir da reflexão acima, corrobora-se a ideia da formação de uma educação sexual desde a infância, como forma de melhorar os conhecimentos a respeito do assunto, a consciência corporal, da vida e de relacionamentos. Ou seja, a educação sexual pode se ater apenas aos seus aspectos biológicos e sim sem bem mais amplamente abordada.

A autora também critica os parâmetros curriculares nacionais (PCN) criados em 1997 pelo Ministério da Educação, que serviram para orientar as atividades em sala de aula, onde afirma que:

Quando foi criado, os PCN serviam para definir os currículos e conteúdo que não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas que as práticas docentes devem encaminhar os alunos rumo à aprendizagem por meio dos temas transversais que podem ser trabalhados em três blocos de conteúdos, respectivamente: corpomatriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, nas mais diversas disciplinas: geografia, arte, matemática, educação física, língua estrangeira e ciências naturais. (BRANCO, 2016, p. 32)

A partir do entendimento dos PCN na citação acima, a autora que diz que apesar deles, o governo não incentivou nem ofereceu apoio aos docentes para sua qualificação profissional no campo de estudos de educação sexual de maneira a adquirirem formação em uma área recente e desconhecida, por preconceito, tabu ou discriminação.

Quanto ao entendimento sugerido pelos PCN para orientação sexual, a autora diz que dificultaram a sua compreensão a partir do momento que:

Promoveram a difusão da expressão opção sexual indevidamente, uma vez que, como documento norteador dos currículos escolares na década de 1990, definiram como Orientação Sexual a orientação pedagógica a ser dada à sexualidade nas escolas. Por terem ampla distribuição, os PCN difundiram uma concepção de que o que se deveria ensinar na escola era a orientação sexual. (BRANCO, 2016, p. 32)

Ou seja, concebiam os alunos que a homossexualidade deveria ser compreendida como uma opção sexual, já que a escola “orientava” a sexualidade das alunas e alunos.

Também foi discutido o papel da comunicação e a interface com a sexualidade onde diz que:

Um dos desafios atuais da educação, talvez, seja estimular o uso dessas tecnologias de informação para o uso da Educação Sexual e ao mesmo tempo não permitir que o conhecimento se torne fragmentado, supérfluo e vazio. Nesse sentido, a criação de um programa de rádio sobre sexualidade na escola, como aponta este estudo, pode romper com os limites que fragmentam as disciplinas ao apresentar possibilidades de estimular o professor e o aluno a discutirem conteúdos significativos que possam desconstruir conceitos antigos sobre gênero, corpo, sexo, relacionamento, família, entre outros. (BRANCO, 2016, p. 36)

Onde aponta que as tecnologias podem ser utilizadas de forma benéfica de forma a favorecer a educação sexual caso sejam implementadas de maneira adequada com conteúdo que possa construir novos conceitos significativos.

Seguindo a parte teórica a autora abordou a representação da sexualidade no Brasil na televisão e no rádio, a rádio no Brasil e a rádio escola e a revolução no ensino público, onde neste último falou sobre o surgimento da rádio escola. A partir dos propósitos de renovação do ensino por meio de novas atuações pedagógicas, onde a educação passou a acontecer, por meio de um processo de diálogo e de interação entre o ensino e a aprendizagem.

Entre os anos 20 e 30, com a reforma no ensino, surgiu a Escola. Esta reforma foi um movimento educacional que fez oposição as práticas consideradas tradicionais de maneira que sugeriu um processo educacional em que houvesse interação do sujeito com a sociedade. Seguindo a autora:

O propósito era a renovação do ensino a partir de novas práticas pedagógicas, onde a educação passa a ocorrer, através de um processo dialógico e de interação entre o ensino e a aprendizagem, ou seja, a interação entre o professor e os alunos. A relação passa a ser centrada no aluno, sendo que o professor passa atuar como auxiliar do desenvolvimento da aprendizagem para que o aluno construa seu conhecimento de forma ativa.

Em 1932, esse grupo de educadores da “Educação Nova”, lançou ao governo o documento chamado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, marco inaugural do projeto de renovação educacional do país, cujo

documento propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a implementação de uma escola pública, laica, obrigatória e gratuita que enfatizasse vários aspectos entre eles biológicos, psicológico e didático-pedagógico. Neste documento, foram propostas e definidas várias soluções que aos poucos foram sendo aplicadas à educação. (BRANCO, 2016, p. 46)

E a partir da nova concepção da educação citada, é criada a Comissão de Rádio Educativa da Confederação Brasileira de Radiodifusão por Roquette-Pinto em 1933, com a intenção de divulgar conhecimento a população. Após, surgiu a Rádio Escola Municipal de Distrito Federal do Rio de Janeiro através de Anísio Teixeira, que tinha com finalidade a transmissão diária de conhecimento de ciência para as instituições escolares e a população, iniciando-se um novo conceito de educar através da rádio.

Dessa forma, a renovação do ensino e suas novas concepções trouxeram projetos de regulamentação do rádio com propósito para o ensino formal, dessa forma a rádio passou a ter as atribuições de formar e informar através da divulgação do saber sistematizado.

Em relação a pesquisa, a autora propõe como processo de intervenção a implantação de um programa de rádio feito pelos próprios alunos, com sua supervisão. Trata-se de uma pesquisa-ação qualitativa com referências teórico-metodológicas fundamentadas por Paulo Freire no que tange à problematização, humanização, visão totalizadora do ser humano e diversidade. Para o levantamento dos dados, primeiramente, foram feitas entrevistas e aplicação de questionário com dez alunos do Grêmio Escolar.

Como parte dos resultados, quando questionados se queriam discutir sobre sexualidade na escola, nove alunos responderam que sim e apenas um “achou vergonho”. A pesquisa incluiu ainda apresentação de temas transversais, dinâmicas e observação dos participantes. No entanto, as abordagens sobre sexualidade, causaram um incômodo social entre os docentes, que interromperam a pesquisa nas etapas finais, provocando uma “castração”. Para os professores, todo o processo estava incentivando o ato sexual, já que, parte dos alunos é evangélica, o que reforça a religião como instituição reguladora e o estigma diante do sujeito como detentor de um corpo discursivo.

O que se quis mostrar na pesquisa é que existe oportunidade de a escola pública ser diferente, mas ainda prevalece o autoritarismo. Essa interrupção do trabalho pode simbolizar uma própria dificuldade do Estado e dos docentes em lidar com a emancipação dos sujeitos, pelo fato de que, a ampliação do conhecimento sobre sexualidade pode virar uma rebeldia na escola e

provocar conflitos não só entre os próprios alunos, como também, entre professores e direção escolar. Isso comprova que os elementos, religião, sociedade e família fazem questão de manter padrões conversadores, mesmo quando o sujeito quer entender seu estado de pertencimento no mundo. Quando o aluno é empoderado de temas que o professor desconhece, todo o ambiente escolar fica com certo receio e medo, tudo isso, porque Educação Sexual apavora.

Esse não reconhecimento da sexualidade dos adolescentes e do ambiente escolar é próprio da repressão, que conforme Foucault (1998) funciona como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência. Pode até parecer que a escola não fala de sexo, no entanto basta observar seus dispositivos arquitetônicos, seus regulamentos de disciplina e sua organização interior para perceber que lá se trata permanente disso, principalmente nos dias atuais onde a tecnologia está cada vez mais presente entre os jovens, como meio de comunicação.

Segundo a autora, no cotidiano da escola é possível verificar que existem os mais variados discursos relacionados ao exercício da sexualidade, porém na maioria das vezes, não estão nos currículos escolares e nem nos cursos de formação de professores como conhecimento, mas sim como situações problema. Ocasionalmente, esses discursos surgem através dos próprios protagonistas sociais, nesse caso, os alunos, que fazem circular as informações por vários meios de linguagens da comunicação.

Verificou-se um conflito de interesses, uma contradição no discurso de autorização para pesquisa e o da interrupção, além do despreparo dos docentes em lidar com problemas. Para a autora, o problema vai além dos valores religiosos, familiares, moral e éticos, está no sistema educacional do Brasil.

Continuando o relato sobre os próximos seis trabalhos analisados, segue-se:

#### 6) JUNIOR (2016):

Saindo da linha de elaboração e avaliação de material pedagógico, mas mantendo a proximidade por envolver adolescentes e o ambiente escolar, JUNIOR (2016) em *As dimensões da educação sexual no cotidiano escolar a partir da narrativa de alunos do ensino médio*, considera que o cotidiano escolar e os diversos discursos estabelecidos nesse espaço são elementos de extrema relevância para a educação e a formação dos/as alunos/as e identifica as

dimensões da educação sexual presentes no cotidiano de uma escola pública, através do resgate das memórias dos estudantes do Ensino Médio.

Segundo o autor, análises da educação sexual podem contribuir para a construção de uma sociabilidade pautada em eixos de ética e respeito, transpondo a prática burocrática e meramente informativa posta em muitos modelos de educação sexual no contexto sócio histórico da sociedade brasileira o objetivo principal da pesquisa foi identificar as dimensões da educação sexual presentes no cotidiano de uma escola pública, através do resgate das memórias dos estudantes do Ensino Médio. Desta foram, foram entrevistados nove alunos do terceiro ano do Ensino Médio da educação pública do Estado de São Paulo.

Como meta inicial do trabalho, o autor aponta a realização de uma análise sobre as falas de adolescentes, estudantes do Ensino Médio de Escolas Públicas, no tocante as suas lembranças quando indagados sobre a Educação Sexual que tiveram na escola durante a Educação Básica. Segundo o autor, a Educação Sexual ocorre várias vezes camuflada ou escondida na linguagem, nos comportamentos, nas opiniões, nas brincadeiras e no contato com o outro/a. Ele optou por captar dos referenciais teóricos os trajetos possíveis para essa interpretação e que nos dessem apoio para se alcançar ao objetivo da pesquisa. O objetivo foi o de identificar as dimensões da educação sexual presentes no cotidiano de uma escola pública, através do resgate das memórias dos estudantes do Ensino Médio.

O autor associou o seu trabalho a um labirinto, onde o mesmo é entendido como um grupo de caminhos distintos que se cruzam entre si e possui várias entradas e saídas, boas ou não. Os caminhos são não lineares e se cruzam em vários locais o que pode desorientar quem neles caminha, gerando um retorno ao mesmo lugar sem encontrar saída, considerando a introdução como porta de entrada do labirinto.

O autor em seu próximo capítulo fala sobre os conceitos que envolvem a sexualidade e a educação sexual. Em relação ao conceito de sexualidade, o autor afirma que é bem amplo e abrangente. É compreendido como um fenômeno que está relacionado com a própria vida de maneira a fundamentar o entendimento pessoal e as relações sociais.

Para o autor, a sexualidade também pode ser explicada conforme Louro (2010) que Segundo Louro (2010), a sexualidade também é explicada como parâmetros utilizados pelos indivíduos para a busca do desejo sexual conectados com as construções sociais, culturais e



históricas. Dessa forma, a pesquisa foi definida na pesquisa como uma construção que engloba expressões e percepções pessoais, além de estruturas sociais em que o sujeito está inserido.

Em relação as diferentes abordagens de ensino existentes na escola e relação ao ato de educar a autora afirma que:

Além do ato de educar ser o objetivo essencial de uma escola, as maneiras e os artifícios que esse espaço promove em seu cotidiano transpassa a barreira da transmissão de conteúdos e se esbarra na fronteira do que se ensina, quando se ensina e o quanto se aprende. Assim, as diferentes abordagens de ensino que se encontra na escola e o modo de como são compreendidas durante o tempo que o/a adolescente vive nesse local, podem ser comparadas aos tijolos da construção do labirinto. O tempo fará surgir uma grande construção e ainda assim cada tijolo produzirá uma história diferente. (JUNIOR ,2016, p.19)

De acordo com a citação acima, pode-se inferir que a formação do professor tem que ser feita de maneira contínua inserida dentro e fora do cotidiano escolar, relacionando o ato de educar com quando se ensina e o quanto se aprende.

Através do estudo, o autor chega ao entendimento que:

A escola educa, essa educação está inserida até mesmo nos gestos, nas palavras nos olhares e nos diversos momentos nos quais os/as alunos/as estão expostos/as. É fato também que muitas das observações realizadas pelos/as adolescentes descrevem memórias que demonstram essas abordagens com as mais variadas interpretações que foram significativas na construção da sexualidade e da identidade dos/as adolescentes. (JUNIOR ,2016, p.21)

Dessa forma a preocupação com a educação sexual ainda é maior, posto que cada adolescente ira descrever memórias baseadas nas abordagens utilizadas, que podem gerar diferentes interpretações.

O autor passou pelo caminho histórico da educação sexual no Brasil propondo a apresentação das várias lutas para que a educação sexual permanecesse nas instituições escolares.

No terceiro capítulo foi apresentada a opção metodológica com o objetivo de buscar o melhor caminho no labirinto. Foram captadas narrativas no contexto escolar, as quais a análise dessas foi ampliada após a construção de vinte e quatro mônadas que foram agrupadas utilizando-se das ações educativas descritas por Xavier. Concluiu-se que os fatos narrados pelos/as

adolescentes apontam cada vez mais a escola como espaço de confluência dos valores estabelecidos fora dela e que essas memórias são intrínsecas às marcas que essa trajetória possibilita.

Todas as narrativas da pesquisa declaram alguma forma de poder, seja na expressão ou nos discursos estabelecidos na escola, entre alunos/as e professores/as ou nas diferentes maneiras de como o tema sexo surge dentro do cotidiano escolar. As narrativas que os/as adolescentes se dispuseram em contar foram fatos aleatórios, mas que se passaram exclusivamente no ambiente escolar e que foram preenchidos de significados e elaborados ao ponto de fazer parte de suas histórias. Dessa forma, foi possível uma interpretação de modo a diagnosticar os problemas da escola, com a reflexão de que pesquisas são fontes de informação para que esses problemas possam ser resolvidos. Nesse sentido, a autora destaca que foi importante agrupar as narrativas de acordo com as ações educativas, mas que essas ações não tenham especificamente vínculo com o certo e errado e sim, que a educação sexual sexista, do silêncio, de esquiva ou inculcadora de valores ocorrem cotidianamente.

A pesquisa, além de elucidar as dimensões da educação sexual que ocorre no espaço escolar, permitiu dar voz àqueles que sofrem os benefícios ou prejuízos da convivência no espaço escolar. Dentro desse espaço tão diverso e tão inconstante, foi possível mapear quais são os fatos que estão na memória dos/as adolescentes e inferir como a educação sexual, velada ou declarada, se manifesta no ambiente escolar.

Assim, houve a compreensão por parte do autor de que as práticas pedagógicas legitimam concepções apoiadas no sexismo, no silêncio, na inculcação de valores e na esquiva do debate sobre sexualidade, reproduzindo uma educação sexual que pouco dialoga com a diversidade e a complexidade dos espaços educacionais. Essa pesquisa, portanto, oferece subsídios a uma reflexão sobre práticas educativas que possam superar o patamar conservador da educação sexual e promover práticas que caminhem na perspectiva de trabalhar sentidos e significados da sexualidade no processo de formação humana.

#### 7) VIEIRA (2016):

Vieira (2016), envolvendo crianças e adolescentes com uma abordagem voltada para a área da saúde, na sua dissertação *Sexualidade e transtorno do espectro autista: relatos de*

*familiares*, considera que pessoas com deficiências como o Transtorno do Espectro Autista ou Síndrome de Asperger (TEA/SA) são comumente infantilizadas e a expressão de sua sexualidade é permeada de mitos, além de geralmente não receberem educação sexual, resultando em falta de conhecimento sobre o assunto, em vivências afetivas e sexuais limitadas e situações de vulnerabilidade. Por isso objetivou no seu estudo investigar como os familiares, principais personagens na formação dessas pessoas sobre sexualidade, abordavam esta questão com seus filhos e suas opiniões acerca dela. Dessa forma, investigou as opiniões e ações de sete mães sobre a sexualidade de seus filhos com TEA/SA com idades entre 10 e 22 anos.

A autora iniciou sua pesquisa abordando os temas de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Asperger (SA) em seus aspectos conceituais e históricos. Em seguida adentra ao tema da inclusão na atualidade onde diz que a relação estabelecida entre a sociedade e as pessoas com deficiência vem se modificando de maneira fundamental no decorrer do tempo, e, mesmo nos dias atuais, representa um processo em movimento.

Em relação a sexualidade a autora cita Figueiró e Newport quando descreve:

a sexualidade como uma dimensão que inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor, os valores e normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual. Newport e Newport (2002) citaram também a identidade, a autoestima, a imagem corporal e consciência, o desenvolvimento emocional e o comportamento social, assim como envolvimento em expressões físicas de amor, afeição e desejo (NEWPORT, 2002; FIGUEIRÓ, 2006 apud VIEIRA, 2016, p.31)

Desta maneira a sexualidade começa a ser vista com outras significações, englobando questões antes secundárias como a afetividade, o carinho, o prazer, o amor, os valores e normas morais culturais entre outras.

A autora faz uma breve análise em como a educação sexual deve ser promovida, visto que não é consenso entre os autores. Nesse sentido ela cita Nunes e Silva (2006) e Bonfim (2009) quando diz que:

Uma proposta interessante de educação sexual emancipatória, um modelo de intervenção voltado para a compreensão plena, integral, histórica, ética e estética das potencialidades sexuais. O objetivo seria construir saberes, habilidades e atitudes voltadas à emancipação e à libertação humana, possibilitando a ampliação de horizontes para a realização plena, e mostrando as potencialidades do sexo para além da reprodução humana,

não reduzindo a sexualidade às genitálias (VIEIRA, 2016, p.34 apud Nunes e Silva, 2006; BONFIM, 2009).

Em vista do citado, pode-se conceber que a educação sexual precisa ter como objetivos a compreensão plena de forma que possa construir saberes, que tenham como base a emancipação e libertação humana.

A autora ainda afirma que se considerar os estudantes sem deficiência a educação sexual ainda não é satisfatória, em estudantes com algum tipo de deficiência, onde existem ainda crenças e mitos a respeito da sexualidade, se torna muito mais defasado o uso deste processo de aprendizagem.

Também é considerado neste trabalho que a sexualidade de indivíduos com TEA/SA não é comumente vista, onde geralmente não existe acessibilidade à educação sexual de qualidade e às vivências sexuais, compondo um conjunto vulnerável quando se pensa em abuso e violência sexual.

Como abordagem metodológica no trabalho analisado, foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro, gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise a partir da organização de áreas temáticas. Segundo o autor, os resultados indicaram que quase não há educação sexual por parte das mães: algumas se utilizam de explicações metafóricas, outras recorrem a psicólogos ou não falam sobre o assunto. As mães alegaram a falta de acesso a materiais que pudessem auxiliá-las nesta educação sexual, e a falta de profissionais da saúde e da educação que conversaram ou colaborassem neste sentido. Ficou evidente a infantilização do filho. Inclusive, houveram relatos sobre questões de saúde sexual, como fimose e infecção renal, nos quais o silenciamento sobre o assunto e a falta de abertura para falar sobre colaboraram para o agravamento dos quadros, reafirmando a importância de abordá-lo. Os dados analisados retificam os encontrados na literatura referentes à falta de intervenções sobre o assunto e às dificuldades sentidas pelas famílias para tratá-lo.

Na coleta de dados foi observado pela autora, a inserção de alunos com deficiência nas salas de aula, e percebeu-se que no momento em que o tema era sexualidade, as professoras normalmente tinham alguma coisa a debater sobre o assunto. Algumas achavam que existia muita sexualidade em alguns e que não existia sexualidade alguma em outros, de maneira que descreveram situação de estigmatização cotidianas.

Para a autora, tornou-se evidente que o atendimento voltado às famílias de pessoas com TEA/SA e sua formação em educação sexual para os jovens são vias importantes para a realização de uma educação sexual emancipatória. As participantes contaram que nas escolas, quando abordado, o assunto era permeado por conhecimentos da aula de ciências, e em outros espaços somente uma identificou intervenções no curso profissionalizante de uma instituição de educação especial que o filho frequentava. A educação sexual promovida informalmente pela família era, nestes casos, a principal fonte de conhecimentos e informações sobre o assunto que os adolescentes e jovens com TEA/SA tinham acesso.

Em relação as expectativas sobre o futuro da sexualidade dos filhos com TEA/SA as participantes citaram imaginar que as possíveis parceiras também tivessem o transtorno, pois seria mais fácil compreendê-los; que seria um futuro bom especialmente porque os pais investiam na estimulação de sua independência; que vivenciariam sua sexualidade de forma independente; uma delas não pensava sobre o assunto. Grande parte das participantes evidenciou esperar que os filhos fossem heterossexuais relatando dirigir suas orientações sobre como seriam parceiras desejáveis. Conclui-se no estudo que a visão heteronormativa de mundo, posta socialmente na maioria das pessoas, é reproduzida no discurso dessas mães.

A autora também destacou a importância de se modificar como a sociedade enxerga e age sobre a sexualidade de pessoas com TEA/SA. Dentre as possibilidades de ações para que haja mudanças nestes preconceitos, destaca-se a elaboração de materiais e informações voltados à população com linguagem acessível como livros, cartilhas e reportagens. Movimentos sociais como o do auto advocacia e o da neurodiversidade indicaram que as próprias pessoas com TEA/SA devem assumir o protagonismo para falar sobre este assunto e expor à sociedade seu jeito de ser, pensar e agir.

Além disso, estudos que indicam as características associadas ao TEA/SA como obstáculos para o desenvolvimento sexual, como déficits em habilidades sociais e comunicação vão ao encontro dos dados coletados. A viabilização de uma educação sexual emancipatória voltada às famílias de pessoas com TEA/AS está diretamente ligada a orientação por parte de profissionais, assim como o treino de habilidades sociais para os jovens podendo potencializar seu desenvolvimento.

A autora aponta que os múltiplos tratamentos voltados às pessoas com TEA/SA, de diferentes áreas de atendimento ainda são escassos ou inexistentes em muitas regiões do país e

frequentemente inacessíveis financeiramente para grande parte da população. Seja no atendimento global das necessidades desse público, seja especificamente em atenção à sua sexualidade, o ideal é que haja uma equipe de profissionais atuando conjuntamente, desenvolvendo psicoterapia, fonoterapia, fisioterapia, terapia ocupacional e neurologia, de modo gratuito e contínuo.

8) GOMES (2016):

Visando à formação docente, temos Gomes (2016) em *A dialética da sexualidade e da educação sexual na formação de docentes*, buscou compreender o processo de formação em sexualidade para as/os professoras/es do curso de formação de docente do Colégio Estadual Mário de Andrade, em Francisco Beltrão – PR. Compreendendo quais diretrizes orientam (se de fato orientam) o processo pedagógico das/os professoras/es que forma professoras/es, no tocante à sexualidade.

O autor buscou, por meio da pesquisa, explicar as condições e consequências originadas nos determinantes políticos, econômicos e estruturais da sociedade classista, no processo de formação de docentes do curso de formação em sexualidade.

O autor também corrobora com sua pesquisa que quando foca-se na questão de gênero e sexualidade na instituição de ensino, é possível notar visivelmente vários preconceitos. Pois é no ambiente escolar onde os pares acabam criando vínculos e os fortalecendo mais intensamente.

Ressalta-se no trabalho que quando existe discriminação por homofobia, nota-se a questão da visibilidade homossexual, já que não existem marcadores corporais ou pertinência genealógica. Sendo que a maior parte dos professores não possuem formação apropriada para lidar com questões de sexualidade de gênero, além de ainda possuírem preconceitos e discriminações inseridos na sua cultura e esses preconceitos acabam se naturalizando.

Por meio de uma pesquisa empírico bibliográfica de cunho qualitativo, o autor entendeu a sexualidade como produto histórico, sendo utilizada para pesquisa documentos produzidos pelo governo federal e estadual nos últimos 20 anos, considerando as categorias de análise, contradição, historicidade, mediações, totalidade, sexualidade, formação de professores e educação sexual emancipatória, relativas à formação de professores do curso de formação de docentes.

Também foram analisadas obras, artigos, teses e dissertações a respeito da sexualidade na formação dos professores e foi realizada uma pesquisa de campo através de entrevistas semiestruturadas com nove desses professores. Foi diagnosticado que os documentos e diretrizes relacionados à sexualidade exigem um conhecimento mais vasto dos professores comparado com o adquirido na sua formação inicial e continuada. E as convicções de um, trazidas de sua cultura raiz afetam muito o seu jeito de ser e viver a sexualidade e dessa forma também a maneira de ensinar e passar este conhecimento. A maioria dos profissionais demonstram um desejo de se aprofundar nos estudos de sexualidade, porém ocorrem impedimentos devido as condições estruturais pedagógicas cotidianas.

O trabalho de GOMES (2016), apontou possibilidades de intervenção na realidade do processo de formação dos professores. Ocorreu a consciência plena da realidade enfrentada, já que se constatou que a sexualidade está enraizada nos professores de forma oprimida. Notou-se que os preceitos religiosos são muito fortes na formação dos sujeitos, porém apontou-se a cientificidade da pesquisa como ferramenta transformadora das situações de injustiça por orientação sexual e por gênero.

9) VIEIRA, M.I.S. (2016):

VIEIRA, M.I.S. (2016) em *Orientação sexual e HPV: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do ensino fundamental*, objetivou uma proposta colaborativa de desenvolvimento profissional docente sobre Orientação Sexual e HPV, baseada na abordagem emancipatória, destinada a professores de uma escola da rede pública.

A autora buscou, no trabalho, verificar como uma proposta colaborativa de formação continuada pode contribuir para o aperfeiçoamento técnico e didático de professores que, diariamente, lidam com temas relacionados à Orientação Sexual, em especial, o HPV. O trabalho teve como objetivo principal analisar os conhecimentos apresentados pelos professores que integram o estudo a respeito do HPV e do câncer de colo do útero. Depois, objetivou-se a análise de quais ferramentas estão disponíveis para que os docentes trabalhem a Orientação Sexual na escola. Também teve a intenção de tornar propício: ao docente, desenvolver uma visão ampliada da sexualidade, de forma que o profissional pudesse reconhecer que as manifestações

psicológicas, e os fatores culturais, históricos e sociais de ligam de maneira íntima à identidade do indivíduo; a reflexão do professor sobre a sua atividade, de maneira que o profissional atue mais sintonizado com os tempos atuais, ressaltando a importância de compartilhar saberes docentes gerados em sala de aula e a atualização de conhecimentos a respeito do HPV e do câncer de colo do útero, onde destacou a importância do debate da temática em sala de aula, identificando pontos importantes como a Campanha Nacional de Imunização.

Considerando a orientação sexual e o desenvolvimento de técnicas educacionais que tenham contribuição para esta prática, a autora diz que:

O desenvolvimento de ferramentas que contribuam positivamente para o aperfeiçoamento de práticas docentes relacionadas à Orientação Sexual tem sido compreendido como prioridade, haja vista a necessidade e urgência em se trabalhar, no ambiente escolar ou fora dele, questões relacionadas ao sexo e à sexualidade, sejam elas as alterações biológicas ou psicológicas que influenciam diretamente as relações sociais e culturais do indivíduo, independente de sua faixa etária.(VIEIRA, M.I.S., 2016, p.13)

Onde ressalta a necessidade de que essas ferramentas desenvolvidas tenham contribuição positiva nos métodos educacionais envolvendo Orientação Sexual. Tratando-se especificamente de HPV, são identificados 2 problemas: as verrugas genitais e as lesões pré-cancerosas do trato ano genital masculino e feminino.

Segundo a autora, a escola tendo atribuição mediadora, é esperado que o instituto tenha docentes e profissionais bem preparados e com segurança para poderem atuarem com um tema bem delicado. Dessa forma, sugere que as Universidades, sendo institutos de formação docente, podem realizar parcerias com as instituições escolares, de maneira a promover e desenvolver ferramentas que possam ser oferecidas na escola aos alunos ou profissionais, através de ações ou programas considerados de formação continuada ou formação em serviço.

Em relação aos grandes desafios enfrentados hoje para a educação sexual em sala de aula a autora destaca que:

O grande desafio da educação atual é formar pessoas capazes de se tornarem futuros agentes de transformações sociais, históricas e culturais. Possibilitar ao aluno o desenvolvimento de um pensamento crítico frente aos problemas da atualidade e cientes de sua influência em possíveis mudanças que possam ocorrer na sociedade é uma missão diária cumprida, ou que deveria ser cumprida, no ambiente escolar.



A ideia de um ensino que contribua para formação de um cidadão crítico e atuante perpassa pela necessidade de abordar temas considerados urgentes e emergentes na sociedade. Para isso, é fundamental que a escola adote estratégias didáticas que vão além da inclusão de temas rotineiros e atuais, alcançando assim um aprendizado significativo ao que se trata dos conceitos científicos. (VIEIRA, M.I.S., 2016, p.17)

Dessa forma, o ensino deve ter como foco a formação de um indivíduo crítico e atuante na sociedade por meio de estratégias que gerem significado ao aprendizado nos dias atuais, por meio de temáticas atuais e urgentes.

A autora diferencia Educação Sexual de Orientação sexual onde diz que:

Educação Sexual, pode ser compreendida como um conjunto de orientações informais sobre sexualidade que são transmitidas e compartilhadas pelo indivíduo ao longo de sua vida e que estão diretamente relacionadas com o conceito de promoção da saúde. Ela pode ser exercida tanto no ambiente familiar como também pelos meios de comunicação pertencentes à mídia escrita, falada e televisionada que veiculam diariamente informações relacionadas à sexualidade.

A Orientação Sexual, geralmente, é exercida prioritariamente no ambiente escolar e pressupõe o fornecimento de informações sobre sexualidade e a criação de um espaço de reflexões e questionamentos sobre postura, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. (VIEIRA, M.I.S., 2016, p.18)

Dessa forma, a educação sexual ocorre em qualquer ambiente e pode ser informal e em veículos de informação diários. Já a Orientação sexual, normalmente é realizada na escola e tem como proposta criar um indivíduo crítico e reflexivo a respeito de questões relacionadas a sexualidade.

Foi realizado um breve estudo sobre o HPV e como se encontra nos dias atuais a Campanha Nacional de Imunização e Escola, primeiramente definindo o Papilomavirus Humano (HPV) como sendo um conjunto de vírus com a capacidade de gerar infecção no trato genital, algumas vezes ocasionando verrugas genitais e diversos tipos de câncer, em destaque o câncer de colo do útero.

Em relação ao programa de imunização atualmente utilizado no país, a autora diz que:

O esquema de imunização atualmente escolhido pelo Brasil (esquema estendido) é composto por duas doses (0, 6 meses), com idade de 9 a 13 anos.

Desde a implantação da vacina no Programa Nacional de Imunização, começaram a surgir alguns questionamentos acerca de se vacinar meninas muito jovens contra um vírus que, geralmente, está associado ao contato íntimo através de relações sexuais, além da não inclusão de meninos na Campanha Nacional de Vacinação. Ao que se refere o

primeiro questionamento, os especialistas afirmam que meninas na faixa etária de 9 a 13 anos, provavelmente, ainda não foram expostas ao vírus, logo, de acordo com o Ministério da Saúde, a vacina teria uma eficácia de aproximadamente 98%. Ainda, de acordo com o Programa de Imunização, os meninos não foram incluídos na Campanha de Vacinação, pois passariam a ser protegidos de forma indireta com a vacinação feminina, a chamada imunidade coletiva, reduzindo, assim, a infecção por diferentes tipos de vírus HPV. (VIEIRA, M.I.S., 2016, p.24-25)

Dessa maneira, observa-se uma preocupação do governo quanto a epidemia de HPV atual, que tem se espalhado principalmente entre os jovens.

Também foi feito um relato sobre os saberes dos adolescentes a respeito do HPV, onde sabe-se que o vírus é um dos principais causadores do câncer do colo do útero em mulheres e acredita-se que cerca de 50% da população sexualmente ativa acabam em algum momento tendo contato algum tipo do HPV. A falta de informação e conhecimento podem influenciar estes índices altos, especialmente quando se trata de adolescentes.

O trabalho também fez um estudo de questões relacionadas a educação sexual e suas diferentes abordagens, onde diz que:

As Abordagens Contemporâneas em Educação Sexual representam atualmente uma importante ferramenta de estudo no que diz respeito às relações de gênero, sexualidade e diversidade. Essas diferentes abordagens ou concepções em torno do tema sexualidade estão presentes, direta ou indiretamente, no contexto pedagógico brasileiro. (VIEIRA, M.I.S., 2016, p.28)

Sendo as abordagens de educação sexual contemporâneas importantes para estudos das questões atuais da temática, a autora se baseou na pesquisadora Jimena Furlani, em sua obra *Educação Sexual na Sala de Aula* (2011), onde é proposta uma classificação específica para a compreensão das diversas abordagens em Educação Sexual inseridas no atual contexto pedagógico brasileiro: Abordagem Biológico-higienista, Abordagem Moral Tradicionalista, Abordagem Terapêutica, Abordagem Religiosa Radical, Abordagem dos Direitos Humanos, Abordagem dos Direitos Sexuais, Abordagem Queer e Abordagem Emancipatória, descrevendo estas abordagens.

Quando a possibilidade de uma educação sexual emancipatória a autora aponta a dificuldade de se pensar em educação sexual pelos docentes, de forma que este tema não é restrito a um contexto ou local determinado, ou mesmo a uma determinada disciplina. A autora se baseia em Paulo Freire para seus estudos da abordagem emancipatória. Nesse sentido fala que:

A ideia de educação libertadora, proposta exaustivamente nos livros de Freire, é a concepção de uma educação capaz de estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade à qual se destina. É uma abordagem da educação comprometida com uma descentralização do controle do saber, recentralizando o conhecimento legítimo em relação aos grupos populares, em uma atividade emancipadora. (VIEIRA, M.I.S., 2016, apud SOARES, 2012, p.31)

Dessa maneira, a educação libertadora está diretamente ligada com a descentralização do controle e centralização do conhecimento em relação a população.

Nota-se através do trabalho analisado que a Abordagem Emancipatória ainda não é utilizada de forma plena pelos docentes do Ensino Básico, o que se acredita que pode ser resultado de falta de conhecimento ou pela dificuldade de superar algumas barreiras já existentes no ambiente educativo, de forma que o modelo emancipatório condena qualquer discriminação e exclusão dos papéis sexuais e da diversidade do ser humano. Entretanto, encontram-se algumas pesquisas que indicam tentativas de mudança dessa utilização.

A abordagem sobre orientação sexual no ambiente escolar, muitas vezes pode gerar alguns desafios e conflitos nesse local, onde autora pontua que:

Desafios e conflitos relacionados à Orientação Sexual são frequentemente observados em sala de aula, fazendo da profissão docente uma prática a ser pensada e reconstruída constantemente. Entender o que é e qual a importância e significado da sexualidade na vida humana em todas as suas vertentes, seja ela social, política, histórica e cultural, é uma importante atribuição do ensino em Educação Sexual. Nesse contexto, a Abordagem Emancipatória pode ser entendida como um facilitador para superação de desafios, trazendo para sala de aula, temas extremamente conectados aos aspectos sociais, históricos e culturais, como Corpo, Sexualidade e Gênero. Temas esses que fogem do escopo das principais abordagens utilizadas em sala de aula e que focam os aspectos associados apenas à perspectiva biológica do indivíduo. (VIEIRA, M.I.S., 2016, p.32)

A citação acima ressalta a importância de que a formação do professor deve ser continuada e constantemente reconstruída para aumentar a compreensão sobre esses desafios e buscar maneiras e ferramentas para supera-los. O profissional precisa revisar antigos conceitos e preconceitos e questionar tabus e exercer estes questionamentos de forma contínua.

Em seguida a autora faz um estudo sobre o tema da formação continuada de professores no Brasil onde diz que:

Os últimos anos foram marcados pelo crescente número de iniciativas pedagógicas, todas elas classificadas dentro de um mesmo grupo chamado

formação continuada. A preocupação com a formação continuada de professores não é algo recente, e representa basicamente um grande esforço dos sistemas de ensino em promover uma renovação ou atualização pedagógica de seu corpo docente. (VIEIRA, M.I.S., 2016, p.35)

Nota-se através dessa fala que a preocupação com a formação dos docentes de forma continuada cresce a cada dia no cenário nacional, através de iniciativas do sistema educacional de promover constantemente a renovação e atualização pedagógica.

De forma a contribuir para formação dos professores em serviço das redes pública e privada de Ensino Fundamental, a autora propôs desenvolveu uma proposta colaborativa em conjunto com esses profissionais. Nessa intervenção, procurou-se ampliar o olhar docente a respeito de temáticas relacionados ao sexo e a sexualidade e a compreensão de que a sexualidade é um fator intrínseco nas pessoas e inserido no indivíduo desde a infância.

Segundo a autora, o trabalho com temas relacionados ao sexo e à sexualidade constituem um grande desafio a ser superado no ambiente escolar. Observou-se que o estudo desses temas está centralizado em séries específicas do Ensino Fundamental, atribuindo-o um caráter exclusivamente biológico e higienista. Dessa forma, a pesquisa reforçou a possibilidade do uso da Abordagem Emancipatória de Educação Sexual em sala de aula, permitindo ao professor maior autonomia e conhecimento para tratar dessa temática, em todas as séries escolares.

O estudo foi de abordagem mista – qualitativa e quantitativa, realizado com 53 professores que lecionam em escolas públicas do município de Mariana – MG. Em um primeiro momento, realizou-se a aplicação de um questionário para 41 professores, cujo objetivo era identificar as concepções docentes quanto ao HPV e à campanha de vacinação de adolescentes promovida pelo Ministério da Saúde. Seguiu-se com entrevistas, realizadas com quatro professores, a fim de investigar aspectos relevantes relacionados aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a prática docente dos participantes com relação ao tema sexualidade. Os dados do questionário foram analisados por meio de uma estatística descritiva e os resultados apontaram para um desconhecimento sobre informações básicas por parte dos professores. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio de análise de conteúdo. A partir dos diálogos, foram criadas categorias segundo o referencial teórico dos trabalhos de Maurice Tardif. Por fim, realizou-se o desenvolvimento de uma proposta colaborativa de formação em serviço e

posterior aplicação da etapa inicial dessa proposta, intitulada: Abordagem Emancipatória de Educação Sexual: uma possibilidade para o trabalho com HPV.

Considerando especificamente sobre o HPV, o estudo forneceu um importante diagnóstico sobre as concepções técnicas apresentadas pelos 41 professores da rede pública de Ensino do Município de Mariana –MG que responderam a um questionário, tornando-se possível inferir que ações ou projetos voltados para atualização técnica docente seriam urgentes.

Segundo a autora, baseando-se nas respostas obtidas nas entrevistas, é possível afirmar que muitas são as dificuldades que os professores apresentam para desenvolver trabalhos relacionados à Orientação Sexual, e, por isso, a maioria deles nunca desenvolveu nenhum projeto ou ação referente ao tema. Além disso, nunca receberam nenhum tipo de orientação na Universidade. Reforça-se a ideia de que ações ou programas de formação continuada são ferramentas importantes para o aprimoramento da prática docente. Logo, observa-se que a presente pesquisa apresenta mais uma contribuição ao público de interesse, os professores, pois disponibiliza e proporciona ao mesmo a possibilidade de atualização técnica e aperfeiçoamento didático fundamentais para o auxílio da superação de suas dificuldades.

Destacou-se na pesquisa, a apresentação ao professor de uma abordagem diferenciada de Orientação Sexual que lhe permite maior reflexão e interação com temas relacionados à sexualidade na escola. Nessa abordagem, o professor é estimulado a debater, discutir e refletir sobre temas emergentes, como homossexualidade, afetividade, relações de gênero, DSTs, gravidez na adolescência, dentre outros. Ao fazer uso da referida abordagem na estruturação da proposta colaborativa, o professor é levado a refletir sobre sua prática como educador sexual, independentemente de sua área de formação, tornando-se mais comprometido com o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Outro ponto relevante a ser destacado é que o diagnóstico realizado na primeira etapa do percurso metodológico do estudo que possibilitou o lançamento de um alerta à Secretaria Municipal de Educação da cidade de Mariana, bem como à Secretaria Municipal de Saúde, responsável por promover a vacinação das adolescentes, quanto à necessidade de implementação de parcerias com instituições de ensino que forneçam ações e atividades de formação continuada aos professores e aos profissionais de saúde.

Através da pesquisa foi criado um caderno de formação continuada intitulado Proposta Colaborativa de Formação Continuada para Professores ao Ensino Básico – Tema: HPV e

Campanha Nacional de Imunização pode ser amplamente divulgado não somente nas escolas do município de Mariana, mas igualmente utilizado por escolas de todo território nacional, permitindo que os benefícios da proposta colaborativa fossem estendidos a todos os professores interessados.

A conclusão final do trabalho é que uma proposta colaborativa de formação continuada que vise contribuir no incremento profissional de professores para o trabalho com temas relacionados à Orientação Sexual e HPV deve ser alicerçada, fundamentalmente, conforme consta no produto desenvolvido, em uma abordagem contemporânea que possibilite ao professor o exercício de um olhar mais atento, autônomo e crítico sobre o tema em questão.

#### 10) LIZ (2016):

Liz (2016) no estudo *Sexualidade e regimes de verdade: uma análise genealógica dos discursos*, realiza uma genealogia da área Sexualidade no Projeto Curricular de um curso de Ciências Biológicas, de uma Universidade Comunitária no Estado de Santa Catarina e nas Políticas Públicas Educacionais do Brasil. Justifica sua pesquisa com o embate teórico entre as perspectivas culturais e biológicas envolvendo sexualidade e ainda considera que a emergência dos estudos históricos, culturais e sociais são uma resposta aos regimes de verdade constituídos pelas perspectivas religiosas, moralistas, médico-biológicas e terapêuticas empregadas ao longo dos séculos.

Nesta dissertação o objetivo foi investigar, sob a perspectiva da genealogia foucaultiana, como a Sexualidade é abordada nas Políticas Públicas Educacionais — Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e Plano Nacional de Educação (2014) — assim como na Proposta Pedagógica do Curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Comunitária no Estado de Santa Catarina, ou seja, foi buscado o conhecimento de quais são as perspectivas da Educação Sexual que constam nesses documentos. Nesse contexto, buscou-se entender como se constituíram os diversos saberes sobre a Sexualidade e quais foram utilizados na elaboração destes documentos analisados. Algumas dessas questões são aqui retomadas e sistematizadas.

Segundo a autora, o trabalho possibilitou a compreensão da história da Sexualidade na civilização ocidental a partir do século XVI. A gênese dos saberes produzidos sobre a sexualidade, teorizados por Michel Foucault, evidenciou um dispositivo biopolítico que sustenta

e nutre uma rede complexa de controle sobre os sujeitos. Ficou evidente também, após esta investigação genealógica, que as escolas, assim como outras instituições austeras, utilizam-se da Sexualidade para disciplinar os corpos e fabricar subjetivações, produzindo formas “legitimadas” por meio de regimes de verdade, de se viver o sexo, as sensações, os prazeres e os sentimentos.

Ao analisar a sexualidade segundo a teoria de Foucault, a autora evidencia que o autor não tem uma preocupação em evidenciar o que é verdade ou que não é, mas:

...problematizar por que alguns saberes são legitimados como verdade em detrimento de outros, o que define uma economia ou um regime de verdade. Neste sentido, o autor afirma que cada sociedade possui um regime de verdade, e que os saberes e poderes produzidos dentro deles permeia todas as instâncias das práticas sociais, não estando assim isentos os saberes, como: Moralidade, Medicina, Psiquiatria, Pedagogia, que, junto com as preocupações do Estado em relação à Demografia, fabricaram verdades sobre a sexualidade. Aparente paradoxo denominado por Foucault, como “dispositivo da sexualidade”. (LIZ, 2016, p.27)

Assim, a sexualidade pode ser abordada não somente como uma questão relacionada ao sexo, prazer e emoção, mas também por uma gama complexa de saberes e práticas, discursividades e poderes que estão inseridas nas instituições consideradas por Foucault como austeras, escolas, hospitais, prisões, entre outros, assim como as próprias práticas sociais utilizadas.

Como proposição metodológica, a autora optou pela genealogia foucaultiana enquanto história do presente. Foi apresentada uma análise histórica, com base na teoria de Michel Foucault, sobre a sexualidade, evidenciando que a sexualidade foi estimulada no decorrer da história o que ocasionou o surgimento de diversos discursos. No início a educação predominantemente realizada pela Igreja, promoveu discursos através da confissão, questão essa que depois teve influência na produção dos discursos médicos, juristas, científicos e pedagógicos, o que tornou evidente que sempre existiram várias ferramentas contribuindo para aumentar o saber sobre a sexualidade.

No segundo capítulo a autora abordou as perspectivas contemporâneas da Educação Sexual, utilizando a classificação sugerida pela pesquisadora Jimena Furlani, o que representou múltiplas significações históricas em relação a sexualidade, que acabam gerando saberes e poderes em relação ao tema. A pesquisadora faz uma classificação em oito abordagens onde as

quatro primeiras centralizam-se no eixo das perspectivas e são prescritivas, normativas e excludentes, onde citou-se as perspectivas: biológico-higienista, moral-tradicionista, terapêutica, religioso-radical, enquanto as quatro últimas, teriam proximidade com o reconhecimento da diversidade como: a perspectiva dos direitos humanos, dos direitos sexuais, emancipatória e queer. As perspectivas foram abordadas com base no pensamento da genealogia foucaultiana.

No terceiro capítulo fez uma descrição sobre o caminho da Educação Sexual no Brasil, procurando ter a compreensão de como foi inserida nas Políticas Públicas de educação e em sequência como é descrita nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação e no Projeto Curricular do Curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Comunitária, de forma que buscou a identificação de quais perspectivas da Educação sexual esses documentos contextualizam.

Em relação ao projeto curricular a autora afirma que o currículo é uma ferramenta de análise fundamental para a compreensão da abordagem sobre sexualidade no âmbito educativo, tendo em vista que este documento direciona e mostra quais são os saberes e poderes que os discursos e as práticas pedagógicas precisam conduzir. Neste sentido, a autora afirma que:

Reconhecer a importância do currículo e suas perspectivas é imprescindível para entendermos a educação como um processo social que está em constante modificação, e o currículo como um instrumento de poder que guia as relações sociais na escola, na maioria das vezes privilegiando regimes de verdade que de certa forma não valorizam todas as contribuições culturais, étnicas e raciais. Acreditamos que através de um currículo que privilegie os direitos humanos, a equidade e valorização da diversidade, podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária na distribuição do saber, do poder e do prazer, respeitando desta forma o princípio da dignidade humana. (LIZ, 2016, p.95)

Dessa forma, destaca-se a importância de uma abordagem curricular que valorize a diversidade, equidade e os direitos humanos de maneira que ocorra uma distribuição de conhecimento de maneira justa e igualitária na sociedade.

O trabalho analisou os PCN, que foram elaborados em 1997, na fala da autora:

...em 1997 foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, os quais, esquematizam os conteúdos a serem trabalhados nas diversas áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Geografia, História, Língua Estrangeira, Arte e Educação Física) e ainda instituíram os Temas



transversais (Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo) como base da estrutura curricular. (LIZ ,2016, p.102)

De acordo com os PCN foi constatado que a sexualidade é abordada por meio de várias perspectivas da Educação Sexual. Notou-se na pesquisa que ocorreu uma preocupação em conceituar a sexualidade para além dos aspectos biológicos, reconhecendo-se assim suas dimensões sociocultural e histórica. Ainda foi possível identificar nos PCN a Perspectiva dos Direitos Humanos, dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, mesmo reconhecendo as limitações de aplicabilidade de alguns destes “direitos”, devido à Constituição vigente. Foi ainda possível identificar a presença “pioneira” da abordagem da categoria Gênero nas Políticas Públicas de Educação no Brasil, as quais problematizam a construção social das diferenças entre feminilidades e masculinidades e buscam a equidade de Direitos. Este fato foi considerado um grande avanço em relação ao combate ao sexismo. O documento caracteriza-se como um marco nas Políticas Públicas educacionais relacionadas à Educação Sexual, mas é necessária a verificação da inserção de regimes de verdade sutilmente mencionados no documento, evidenciando assim a presença de um paradigma que ainda reconhece a Sexualidade como algo dado pela natureza e subordinado a valores morais.

A autora também notou a inferência da Perspectiva Médico-Biológica quando os PCN afirmam que sua elaboração decorreu da preocupação com o risco de contaminação do vírus HIV entre os jovens e o aumento significativo de adolescentes com gravidez precoce e/ou indesejada e em vários trechos como aquele em que reconhece-se a sexualidade da professora durante sua gestação. A partir da análise realizada, concluiu que os PCN, apesar de apresentarem conceitos que fazem alusão a uma Educação Sexual que reconhece e valoriza os aspectos socioculturais e históricos da sexualidade, ainda privilegiam saberes relacionados à perspectiva médico-biológica.

Em relação à análise realizada no Plano Nacional de Educação notou-se a supressão das categorias Gênero e Orientação Sexual, assim como pelos não ditos, o embate político em relação ao currículo nacional continua sendo definido pelos regimes de verdade. Neste caso, a perspectiva religioso-radical foi defendida por alguns representantes da Câmara dos Deputados e do Senado, tendo êxito ao proporem a exclusão das categorias citadas. Esta decisão também foi apoiada por uma parcela significativa da sociedade civil, que defendeu que a abordagem da

sexualidade, assim como de papéis de gênero e orientação sexual deveria ser feita apenas pela família, evidenciando um paradigma baseado também na perspectiva moral-tradicionista.

Os movimentos sociais formados por pais e educadores, entre outros, foram fortemente influenciados pela mídia, assim como por alguns materiais produzidos por grupos fundamentalistas que deturparam os reais interesses da abordagem de gênero na escola, nomeando-a intencionalmente de “Ideologia de Gênero”. A decisão de excluir as referidas categorias do PNE fere a laicidade do Estado, assim como deslegitima a obrigatoriedade da meta que buscava diminuir os casos de violência, preconceitos e discriminações no ambiente escolar. Neste sentido concluímos que o tema Sexualidade no PNE, ao não ser mencionado, revela abordagens veladas: médico-biológica, religioso-radical e moral-tradicionista.

A autora diz que se deparou com muitos valores morais em relação à Sexualidade que precisam ser revistos, pois apresentam binarismos como: certo e errado, moral e amoral, normal e anormal, que habitam nosso vocabulário e nossa prática social. Estes conceitos unilaterais são reminiscências de uma construção sócio histórica em torno da sexualidade ocidental, onde a busca pela verdade aparece como tema central, mas não uma verdade sobre o próprio corpo, sobre os prazeres em sua essência, mas sim uma busca orientada por interesses sócio-político-econômicos, em que a “verdade” se mostra de forma moralista, direcionada e conduzida por redes sutis de poder e saber.

Foi possível através dos estudos, identificar questões de categoria Gênero presentes nas Políticas Públicas de Educação no Brasil, que tiveram sua problematização relacionada a construir socialmente a diversidade entre feminilidades e masculinidades e buscaram Direitos igualitários. Esse fato foi considerado um enorme avanço para combater o sexismo. Dessa forma, foi relatado que o documento pode ser caracterizado como um marco nas Políticas Públicas educacionais de Educação Sexual, porém é preciso ressaltar que se deve verificar a inclusão de regimes de verdade inseridos de forma sutil no documento, onde evidencia-se que ainda existe um paradigma relacionado a sexualidade definindo-a como gerada pela natureza e embutida de valores morais.

Quanto à análise realizada na Proposta Pedagógica do Curso de Ciências Biológicas, pode-se verificar que a palavra sexualidade não foi mencionada nenhuma vez, evidenciando assim que há um silenciamento no currículo em relação à temática. Como já citado anteriormente, optou-se por realizar a análise no Plano Pedagógico deste Curso, pois entendemos

que a problematização da sexualidade no ambiente escolar geralmente é feita pelos professores de Ciências e Biologia, e, em não raros casos, somente por estes professores.

Pelo fato de a categoria sexualidade não ser abordada no Curso de Ciências Biológicas e não ser contextualizada — a partir de possíveis perspectivas com base nas dimensões sociocultural e histórica da sexualidade —, existem grandes possibilidades de o profissional desta área continuar abordando a Sexualidade da mesma maneira que se fazia há 50 anos, ou seja, abordar a Sexualidade somente por meio dos conteúdos do sistema reprodutor, no 7º ano do Ensino Fundamental e no 2º ano do Ensino Médio, estando, no entanto, justificada sua ação, pois este professor vai abordar o conteúdo a partir da única perspectiva que ele conheceu durante os quatro anos da graduação: a Médico-Biológica, e, em alguns casos, dependendo das concepções pessoais do educador, até reforçada por perspectivas religiosas, moralistas e terapêuticas.

A dissertação problematizou assuntos como: identidade, orientação sexual, gênero, papéis de gênero, violência e discriminação.

O tema de pesquisa sobre as abordagens da Sexualidade como um dispositivo de poder é vasto e pouco explorado, portanto não se esgota com o trabalho realizado que teve a intenção de servir apenas como ponto de partida para novas problematizações.

#### 11) LIMA (2016):

Para finalizar esta revisão bibliográfica, encontramos Lima (2016) que, na sua dissertação *Maria Lacerda de Moura na revista Estudos (1930-1936): anarquismo individualista e filosofia da natureza*, apresenta uma análise dos artigos publicados pela pensadora brasileira Maria Lacerda de Moura na revista espanhola *Estudios* neste intervalo de tempo, e aponta a identificação de elementos para a constituição de uma filosofia unicista libertária da natureza, de onde vem o objetivo de compreender a proposta de Maria Lacerda de Moura, além das suas contribuições críticas à relação estabelecida entre natureza e humanidade na sociedade burguesa industrial. Segundo a autora, para organização do movimento anarquista no final do século XIX, a imprensa foi instrumento privilegiado, bem como a difusão de valores contra culturais à ideologia dominante.

A autora apresentou diversos autores que se baseiam nos estudos de Maria Lacerda de Moura, o contexto histórico, político e social de emergência das ideias analisadas no trabalho onde baseou-se na teoria foucauldiana acerca da sexualidade.

O trabalho aborda a ciência, tecnologia e anarquismo como formas de movimento libertário que surgiu ao longo da história. Neste sentido, a autora diz que:

Desde o início da concepção deste termo, anarquismo, enquanto movimento ou corrente de pensamento, os anarquistas se colocam no inverso das bases estabelecidas pelo modelo de sociedade vigente. Críticos às tecnologias implantadas nas fábricas, à moral sexual aceita pela sociedade, e a tantas “verdades” estabelecidas - sustentadas pelo discurso científico ou religioso, os libertários viram do avesso a sociedade ao propor as suas próprias concepções de liberdade, sexualidade, ordem, amor, e, como veremos, natureza, ciência e tecnologia. (LIMA, 2016, p.34).

Desta maneira, houve uma difusão do conhecimento por parte dos libertários e questionamento do papel da classe científica com ressignificação de conhecimentos e conceitos, transformando-os em instrumentos para mudança revolucionária. Neste sentido, foram identificados nos artigos publicados na Revista Estudios, ligada ao campo do anarco-individualismo espanhol, a construção libertaria de diversas filosofias da natureza.

Os libertários, envolvidos com discussões da época em relação a natureza humana, fizeram críticas a ciência moderna com base na dominação, e procuraram conceber suas próprias ideias de ciência, com base em pressupostos libertários. Neste sentido a autora diz que “nesta inversão dos discursos dominantes, outros saberes emergiam. A História - com letra maiúscula - como eco dos vencedores, dos discursos triunfantes, apresentava-se linearmente, construída pelo Homem, que evoluiria rumo a um progresso constante” (LIMA, 2016, p.35).

Neste período, houve o questionamento por parte dos militantes e pensadores anarquistas do avanço tecnológico, a democracia e as instituições da sociedade burguesa. Durante este período ocorreu também o fortalecimento a nível mundial dos Estados-nação após a Primeira Guerra Mundial e a ascensão dos Estados totalitários. Nesta perspectiva, ocorreu grande oposição às classes dirigentes constituindo diferentes visões da natureza, as quais eram base de um conhecimento científico normalizador e de uma sociedade de controle. Releituras críticas e emancipatórias de temas científicos tão diversos como a eugenia, o neomalthusianismo, o naturismo, a educação sexual, o vegetarianismo, o proteanismo, a plasmogenia, aliados ao

combate anticlerical e a um pacifismo radical, baseavam a crítica libertária às políticas autoritárias exercidas pelos governos fascistas. Através do estudo dos artigos da brasileira Maria Lacerda de Moura, feitos pela autora, publicados entre os anos de 1930 e 1936, procurou-se demonstrar a constituição de saberes e de uma “ciência radical”, criticando a sociedade vigente.

Para a autora, os artigos de Moura dialogam com a nova ciência almejada pelos anarquistas em sua vertente individualista. Na revista como um todo, e, sobretudo nos artigos analisados, é evidente a construção de outra cultura da natureza, recusando aquela que a modernidade capitalista proporcionava. Além de evidenciar que iniciativas editoriais como a revista *Estudios* proporcionavam a possibilidade de se constituírem amplos fóruns internacionais para a construção de conhecimento alternativo à cultura dominante.

Ao ter o internacionalismo como princípio, rompiam-se as fronteiras do conhecimento possibilitando contribuições que partiam de pontos de vistas locais, mas dialogavam com outras realidades. Concluiu que estas revistas são um amplo campo de possibilidades de pesquisas, permitindo a compreensão da cultura libertária sob diversos ângulos. A autora ressalta a importância de iniciativas editoriais como a revista *Estudios* e afirma que:

Iniciativas editoriais como a revista *Estudios* proporcionavam a possibilidade de se constituírem amplos fóruns internacionais para a construção de conhecimento alternativo à cultura dominante. Ao ter o internacionalismo como princípio, rompiam-se as fronteiras do conhecimento possibilitando contribuições que partiam de pontos de vistas locais, mas dialogavam com outras realidades. Estas revistas são um amplo campo de possibilidades de pesquisas, permitindo a compreensão da cultura libertária sob diversos ângulos. Minha análise da *Estudios* limitou-se, devido ao tempo, sobretudo, às questões ligadas ao amor e a sexualidade, bem como àquelas em diálogo com a autora pesquisada ou à Associação Internacional Biocósmica. As críticas ao fascismo, as divulgações científicas, os temas da medicina, as questões estéticas, as capas da revista ou ainda os temas pedagógicos mereceriam certamente uma análise mais apurada. (LIMA, 2016, p.151).

Desta maneira, através da ferramenta apresentada, Maria Lacerda combateu o autoritarismo e recusou a dominação em vários setores da sociedade e exerceu em conjunto com os demais libertários que contribuía com a revista, um importante papel na construção comum de uma filosofia unicista da natureza, com raízes nas lutas diárias contra o modelo tradicional de família, da organização capitalista do trabalho, da cidade, das moradias e de qualquer tentativa de controlar seus corpos e da exploração predatória da natureza. Segundo Lima:

Em resposta a isso, suas proposições de outra sociedade vinculavam às suas utopias a revolução concreta e cotidiana. Dentro disto, o amor, liberado através de um processo eugênico e aliado ao conhecimento de si e à libertação do Eu, seria fonte de energia vital no processo evolutivo da sociedade para uma humanidade emancipada e na busca da harmonia cósmica. (LIMA, 2016, p.151).

Estes estudos se inseriram na construção de uma nova ética, de uma nova sociedade harmônica por meio da cooperação, educação, emancipação, avanço tecnológico e participação democrática direta. Com o intuito de combater inimigos em comum e desativar quaisquer mecanismos de dominação Maria Lacerda de Moura constrói pontes ibero-americanas na revista *Estudios*. Nesta metodologia, a construção de uma filosofia unicista da natureza se faz evidente com base nas resistências locais e cotidianas.

#### **4 DIVERSIDADE DE GÊNERO E ESCOLA**

##### **4.1 A Importância Dos Estudos De Gênero Para A Atuação De Professores Na Escola**

Os discursos dos professores que caracterizam a tarefa de ensino continuam impregnados de significados de gênero que afetam a cultura escolar, tornando-se base e guia da ação que é reproduzida diariamente. Isto é explicado na importância do papel docente como elemento central na escola, que se manifesta através da implementação de conhecimentos e discursos que eles adquiriram em sua própria trajetória profissional e que começam a partir de sua experiência de vida. Da mesma forma, pode desenvolver a capacidade profissional para gerar estratégias e formas inovadoras de atuação, bem como outros discursos que incentivem a mudança desse tipo de padrões culturais de gênero. Portanto, a prática de ensino assume uma maneira dupla neste trabalho (BORDINI, 2009).

No contexto social e no quadro de gênero, a luta permanente pela igualdade pode ser sustentada, o que pode ser mais complexo que o gênero. Bolívar (2015), do *paradigma da igualdade*, explica que todos os indivíduos devem optar e receber o mesmo, sem distinção porque são diversos. No entanto, esta tarefa é complexa de tal forma que é um estudo constante

da disciplina de Sociologia que tenta responder aos fenômenos que se relacionam e interagem dentro desse conceito (BORDINI, 2009).

As organizações internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a População, insistem na centralidade do gênero, na defesa dos direitos humanos e no direito à igualdade, especialmente na educação, como um indicador fundamental para falar de desenvolvimento, exercício dos direitos e eficácia da igualdade. A experiência que uma menina e um menino enfrentam em seu estabelecimento educacional depende em grande parte da cultura local, das características de sua família, bem como das estratégias utilizadas pelo professor dentro de sua prática pedagógica.

No contexto internacional, a Espanha, por exemplo, estabelece a Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro de 2004, em seu artigo 7, afirma que as universidades devem incluir e promover em todos os campos acadêmicos a formação, ensino e pesquisa em igualdade de gênero e não discriminação. Por outro lado, os resultados de um estudo realizado entre 2012 e 2013 em 36 universidades espanholas mostram uma lacuna formativa na educação para a igualdade de gênero.

Pode-se argumentar que a escola é o espaço onde as desigualdades são articuladas, promovidas e reproduzidas. É provável que seja devido à persistência de crenças estereotipadas e expectativas diferenciais de um papel de gênero, ainda presente a nível sociocultural e pessoal, por exemplo, associando as mulheres à tarefa de maternidade e assistência à infância. No entanto, por outro lado, há um precedente, que as meninas estão predispostas à construção de uma cultura de igualdade na escola. Ou seja, revelam-se relegados apenas a tarefas de natureza doméstica (CÉSAR, 2009).

No que diz respeito à escola secundária de onde a diversidade de identidades se desenrola, sendo também um lugar de encontros e desentendimentos, onde heterogeneidade, diferenciação e fragmentação são combinadas para induzir a pensar, que o gênero interage no sistema educacional. Isso nos obriga a considerar como as relações sociais são construídas e novas estruturas interpretativas são elaboradas, o que explica como a reprodução e transformação dos estereótipos de gênero operam, em busca da igualdade de oportunidades educacionais para estudantes (CÉSAR, 2009).

Um aspecto investigado em relação ao papel dos professores e as atitudes que desenvolvem em relação aos alunos é a interação na sala de aula entre professores e alunos que reflete a aceitação inconsciente de estereótipos sexistas.

Esta pesquisa mostra que os alunos recebem menos tempo de dedicação por parte do corpo docente, além de um tratamento qualitativo diferente, dando maior importância às abordagens e tarefas dos alunos.

As atitudes dos professores fazem parte do chamado currículo oculto, porque não estão conscientes das diferenças que estabelecem no relacionamento diário com os filhos dos estabelecimentos. Isto é ilustrado no conceito infeliz que os professores têm sobre as estudantes do sexo feminino, apesar de ter conseguido um sucesso escolar médio, diziam-se que eram passivos, dóceis, não muito criativos e dependentes. Tudo isso baseia-se em duas impressões: a baixa participação das meninas nas trocas estabelecidas na sala de aula e o fato de que buscam proteção e autoridade do professor para garantir seu espaço, onde as meninas expressam um comportamento de ajuda para os outros e um maior respeito pelas regras (CIDE, 1992).

Arnot (2009), argumenta que há crenças arraigadas nos professores mais tradicionais e conservadores sobre as diferenças naturais entre estudantes, justificadas pela tradição ou pela experiência pessoal do corpo docente.

Muitos professores, já vindos de suas vivências, caracterizam alunos homossexuais como o negativo, diferente (caracterizada por uma relação discursivamente produzida e de poder, onde se é diferente relativamente a alguma outra coisa considerada como “não-diferente”) rotulando-os e até excluindo-os, dificultando suas convivências e socialização. Professores que defendem condutas que são considerados aceitáveis pela sociedade, colaboram indiretamente para a prática da discriminação e até mesmo se silenciam frente à reprodução desta violência, alguns até tratam a homossexualidade como doença, perversão ou deformação moral.

O espaço escolar diante de manifestações homossexuais, na maioria dos casos, rotula os alunos e os discriminam, fazendo com que se sintam “ameaças” para outros alunos, não sendo tratados com a mesma cordialidade, respeito ou popularidade e sim meramente excluídos como *marcianos homossexuais*. Tais jovens possuem sua estima rebaixada e suas capacidades reprimidas, pois a escola assume um papel de incentivadora das desigualdades e reprodutora da idéia de construção sexual partindo heterossexualidade (CÉSAR, 2009).



A escola deveria buscar a compreensão e a aceitação da sociedade tornando-se um espaço condescendente para os homossexuais, já que nela ocorre o processo de formação da auto-imagem, relações sociais e a construção social. Mas para que isso ocorra dentro da escola, é sugerido um trabalho permanente que começa com a formação escolar, acreditar na importância da educação voltada para promover o respeito à diversidade, construindo uma escola que respeite e participe de um projeto de inclusão social, contribuindo assim, para enfrentar tudo aquilo que dificulte a convivência do homossexual na sociedade. Adequar à educação voltada para a diversidade com projetos pedagógicos baseados nos direitos, em estudos antropológicos, em discursos de sexólogos e do governo.

Silenciar este tema não é minha proposta, e sim, analisar, questionar e debater direitos e deveres para uma sociedade justa e como uma visão menos homofóbica, tendo como base leis e estatutos com uma leitura mais humanitária na defesa da livre orientação sexual, contribuindo para a mudança do sistema educacional, sendo voltada para a diversidade, onde a criança e o adolescente adquiram o respeito, a compreensão e a liberdade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das publicações, ficou constatado que há a compreensão, entre os pesquisadores, de que o surgimento da sexualidade, fez reproduzir um olhar normatizante sobre a sexualidade, sendo necessário mudar este prisma para pensar a sexualidade como algo que se constrói e aprende, nos âmbitos que compõe a subjetividade e que se conecta não apenas ao prazer, mas a outros elementos como a afetividade, a autonomia e a liberdade, na condição de constructo sociocultural e histórico.

Depreende-se, ainda, da revisão do estado da arte, que as pesquisas manifestam a necessidade de trabalhar educação sexual com crianças e adolescentes para seu desenvolvimento saudável e para desconstrução de padrões, compreendendo seus desejos e pensamentos e favorecendo a expressão de suas sexualidades.

Em determinadas publicações foi constatado que existem poucos trabalhos em educação sexual nas escolas e identificado que docentes sentem dificuldades em realizar o trabalho de educar sexualmente, seja pelos limites pessoais e/ou lacuna na formação, seja pelas construções culturais e religiosas, tabus, preconceitos e convenções e rotinas profissionais, ficando patente o sentimento da necessidade de formação/assessoramento em Educação Sexual Emancipatória a docentes atuantes.

Emerge daí a demanda por políticas públicas que tornem possível o atingimento deste processo de apoio material, instrumental e educador, deste a atividade fim do ensino às tecnologias sociais disponíveis e de gestão, abrindo espaços de diálogo para a vivência do assunto com naturalidade e criatividade, capacitando as pessoas a buscarem informações por si mesmas, auxiliando a construção de sua autonomia a partir da sexualidade.

Em termos sociais, o que se busca é atingir um público o mais heterogêneo possível, resgatando a capacidade crítica sobre os valores que cercam o indivíduo em um ato de desconstrução de estereótipos, de maneira que a sexualidade seja pensada e vivida de forma emancipada.

A educação sexual é uma prática que implica na saúde das crianças, adolescentes, jovens e adultos para seu desenvolvimento livre das imposições de gênero e suas naturalizações, livre dos preconceitos, das regras normatizadoras, livre de modelos causadores de desigualdades, cultivando a igualdade de gênero, os direitos iguais entre os sexos e o direito ao corpo e à vida sexual saudável.

As práticas educativas para a sexualidade são momentos de aprendizagens que podem desconstruir estereótipos de gênero, devendo ter como objetivo a formação conscientizadora e libertadora do indivíduo, geradora de equilíbrio pessoal e desenvolvimento real em todas as suas potencialidades. A educação sexual passa a se constituir um elemento significativo de mudança e progresso, uma tentativa de pôr ao alcance das pessoas condições para que possam usufruir e conviver com a própria sexualidade e com a de seus semelhantes, numa forma consciente, moderada e respeitosa.

Pensando assim, uma pessoa que tenha consciência de tais questões e consiga transpor para o cotidiano, no convívio pessoal, atitudes reflexivas, maduras, conscientes, livre de julgamentos, mitos e tabus, trará para si e para a outra mais afetividade, equilíbrio, responsabilidade, e a coerência entre o conceitual e o atitudinal.

## REFERÊNCIAS

- ANTONIASSI, P. V. **Projeto Vale Sonhar como componente do currículo do Estado de São Paulo**: contextualização, limites e possibilidades. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do ABD – Programa de Pós-Graduação em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática. Santo André, 2016. 111p.
- ARNOT, M. Uma consciência global? A incorporação de injustiças de gênero na educação para a cidadania global. **Educação, cidadania e justiça social**, 4 (2), 117-132, 2009.
- BORDINI, S. **Discursos sobre sexualidade nas escolas municipais de Curitiba**. Dissertação (Mestrado) – UFP, Curitiba, 2009. 118p.
- BRANCO, A. S. C. **Educação sexual e comunicação**: o rádio como alternativa pedagógica nas escolas à partir de uma intervenção. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). 2016. 82 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=45607>. Acesso em fevereiro de 2018.
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Nota Técnica n. 24/2015**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD), Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania (DPEDHU), Coordenação Geral de Direitos Humanos (CGDH) e Ministério da Educação (MEC). Brasília: MEC, 2005.
- BRITTOS, E. S de. **A importância dos contos de fadas para o desenvolvimento psicossocial da criança**: o que pensam, o que dizem e o que fazem as professoras? Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Francisco Beltrão. 2016. 187 f.
- CABRAL, F. DÍAZ, M. Relações de gênero. In: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. **Cadernos afetividade e sexualidade na escola**: um novo olhar. Belo Horizonte: Rona, 1998, p. 142-150.
- CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & Saúde Coletiva**, 13, (Sup. 2):2029-2040, 2008.
- CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

CIDE (Centro De Documentação E Investigação Educativa). **Desigualdades na Educação na Espanha**. Madrid CIDE, Ministério da Educação e Ciência, 1992.

DANTAS, N. P.M. **Puberdade: o que acontece comigo?** Validação de um recurso pedagógico para a promoção da saúde sexual e reprodutiva. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Escola de Enfermagem e Farmácia – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. 2016. 132 p.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: Como Ensinar No Espaço Da Escola Sexual Education: How To Teach In The School Environment. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, 2006.

FLORENTINO JUNIOR, Nilson; SILVA FILHO, Luiz Gomes; COSTA, Yure Thiago. As diversidades vão à escola: gênero, sexualidade e os embates contemporâneos. **Revista Includere**, v. 2, n. 1, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, M. de. **Educação sexual em debate nas ondas da rádio UDESC FM 100: estudo de caso dos programas gravados de 2007 a 2015**. Florianópolis: UDESC, 2016.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GOMES, A.R.de C. **A dialética da sexualidade e da educação sexual na formação de docentes**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Mestrado em Educação. 2016. 190p.

LIMA, N. F de. **Maria Lacerda de Moura na Revista Estudos (1930-1936): anarquismo individualista e filosofia da natureza**. Dissertação (Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Curitiba, 2016. 167p.

LIZ, D. M.de. **Sexualidade e regimes de verdade: uma análise genealógica dos discursos**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense, Santa Catarina, 2016. 142 p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MEYER, Dagmar E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 9ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual**: estudo analítico-descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista. Dissertação de Mestrado. UNESP, 2014 274 f.

NEWPORT, J.; NEWPORT, M. **Autism-Asperger's & sexuality**: puberty and beyond. Arlington. Texas: Future Horizons, 2002.

OLIVEIRA, M. R. A.; MORGADO, M. A. Jovens, Sexualidade e Educação: homossexualidade no espaço escolar. In: 29 Reunião Anual da ANPEd, 2006, Caxambu, MG. **Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu**, MG: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2006. v. 01. p. 01-14.

PAES, F. L. O. A.; PAES, A.B. **Educação e Homossexualidade**: um mapeamento da produção científica brasileira. GT 03 – Formação de Professores e Diversidade. Disponível em: [fapems.org.br/2015/eventocgr/sistemaadmin/\\_trabalhos/trabalho01\\_86179.pdf](http://fapems.org.br/2015/eventocgr/sistemaadmin/_trabalhos/trabalho01_86179.pdf) Acesso em: 10 nov. 2017.

REGO, Raimunda Leônidas, COSTA, Maria Edileuza da. Gênero na Infância: identidade e sexualidade na educação infantil. In. **Anais. XII Conages**. Campina Grande, 2006.

RIBEIRO, A. I. M.; FRANCINO, Andréa Cristina. A leitura que se faz da homossexualidade na escola. In: 16º COLE - Congresso de Leitura do Brasil, 2008. **Anais do 16º COLE - Congresso de leitura do Brasil**. v. 1. p. 1-10.

RIBEIRO, Mônica Dias. Gênero e diversidade sexual na escola: sua relevância como conteúdo estruturante no ensino médio. **Revista Eletrônica LENPES-PIBID de Ciências Sociais**. Universidade Estadual de Londrina. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: Carole Vance (ed.). **Pleasure and danger**: toward a politics of sexuality. Boston: Routledge. pp. 267-319, 1981.

VIEIRA, Maria Isabel dos Santos. **Orientação sexual e HPV**: as concepções docentes e a construção de uma proposta colaborativa de formação continuada para professores do ensino fundamental. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas. Universidade Federal de Ouro Preto, 2016. 99p.

VIEIRA, Ana Carla. **Sexualidade e Transtorno do Espectro Autista : relatos de familiares** / Ana CarlaVieira, 2016. 164. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual. Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2016.